

047ª SESSÃO ORDINÁRIA – 24MAI2012**(Texto com revisão final.)****O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Passamos à**TRIBUNA POPULAR**

O Sr. Daniel Santos, representando o Congresso Nacional Afro-Brasileiro – CNAB, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos, para tratar de assunto relativo à abolição da escravatura.

O SR. DANIEL SANTOS: Boa-tarde a todos, primeiramente. É uma honra muito grande estar na presença de todos, aqui representando o CNAB, que é uma entidade de apoio às questões da negritude, que mais tarde iremos esclarecer, na presença do nosso Presidente, Sr. Antonio da Rosa.

O CNAB – Congresso Nacional Afro-Brasileiro – é uma entidade civil, apartidária, sem fins lucrativos e organizada em todo o território nacional. A entidade foi fundada em 4 de setembro de 1995, em homenagem ao terceiro centenário da imortalidade de Zumbi dos Palmares, tendo como princípio promover igualdade racial e integrar o negro na sociedade, visando a eliminar do nosso País toda manifestação de discriminação racial e de miséria social.

Estaremos, em breve, realizando o nosso segundo congresso em solo gaúcho. Somos representados, aqui no Rio Grande do Sul, pelo Diretor Nacional do CNAB, Antonio da Rosa. O CNAB vem, através deste ato, homenagear e resgatar o 13 de Maio (Lê.): “O 13 de Maio foi a vitória da luta de Zumbi dos Palmares e foi sempre uma das datas mais estimadas pelo povo brasileiro, somente comparável em popularidade à da própria Independência. Certamente, nós, brasileiros, temos toda razão em ter em tão alta conta a Abolição. O Brasil é, antes de tudo, um País e uma Nação construída pelos negros. Essa foi a base de toda a luta abolicionista, tal como observou, cinco anos antes do 13 de Maio de 1888, Joaquim Nabuco: ‘A raça negra nos deu um povo. O que existe até hoje sobre o vasto território que se chama Brasil foi levantado ou cultivado por aquela raça; ela construiu o nosso País. Tudo o que significa a luta do homem com a natureza, conquista

do solo para habitação e cultura, estradas, edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala, igrejas e escolas, academias e hospitais; tudo, absolutamente tudo o que existe no País, como resultado do trabalho manual como emprego de capital como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar... a raça negra fundou, para outros, uma pátria que ela pode, com muito mais direito, chamar de sua, disse Joaquim Nabuco, o Abolicionista.

O 13 de Maio foi a vitória da luta da qual Zumbi dos Palmares, assim como Tiradentes em relação à Independência – nenhuma parte, nenhum setor da sociedade ficou fora dela. A cultura brasileira teve em Castro Alves o seu expoente máximo. Os militares afirmaram uma consciência nacional ao recusar-se a perseguir os escravos, declarando: 'Não somos capitães de mato'; a Abolição superou todas as divisões partidárias e até mesmo étnicas, de Luís Gama e José do Patrocínio, negros e republicanos, a André Rebouças, negro e monarquista; a Silva Jardim, branco e republicano; até Joaquim Nabuco, branco, monarquista e filho de um senhor de engenho.

Em suma, a revolução abolicionista republicana foi o movimento que constituiu, definitivamente, o povo brasileiro. Nenhum outro foi tão importante para definir a fisionomia da nacionalidade. Nesse sentido, a Revolução de 30 é um desenvolvimento de 1888 e 1889. De certa forma, a retomada da revolução abolicionista, após a derrubada da república oligárquica, aspecto presente até mesmo na formação de seu líder, Getúlio, filho direto do abolicionismo republicano.

Mas é certo que Abolição e República não foram bandeiras que caminharam sempre juntas, apesar de, já no séc. XVIII, Tiradentes as ter vinculado. Somente em 1887 o Partido Republicano iria assumir oficialmente a abolição, com a adesão da última sessão que ainda resistia: o Partido Republicano Paulista, que futuramente iria dominar a República Velha. Mas os principais propagandistas republicanos, como Silva Jardim, cresceram junto ao povo por serem os mais firmes agitadores da Abolição. Foi o abolicionismo que forjou a unidade nacional. Abolição e república tornaram-se cada vez mais convergentes. O primeiro a novamente vinculá-las foi um negro, Luís Gama, na convenção republicana de Itu.

Luís Gama sabia, por experiência própria, do que falava quando denunciou: 'Em nós, até a cor é um defeito. Um imperdoável mal de nascença, o estigma de um crime. Mas nossos críticos esquecem que essa cor é a origem da riqueza de milhares de ladrões que

nos insultam; que essa cor convencional da escravidão, tão semelhante à da terra, abriga sob a sua superfície escura vulcões onde arde o fogo sagrado da liberdade’.

Aos 18 anos, Luís Gama fugiu de seu último ‘senhor’ e entrou no Exército. Advogado, foi defendendo um escravo diante do Tribunal do Júri que pronunciou a sentença de morte da escravidão: ‘Aquele negro que mata alguém que deseja mantê-lo escravo, seja em qualquer circunstância for, mata em legítima defesa’. Não dizia isso por ódio, mas porque era verdade. Amigo – e colega, na redação de um jornal –, de Rui Barbosa, de Joaquim Nabuco e outras grandes personalidades da época, Luís Gama foi a figura mais avançada da luta abolicionista.

No entanto, desde Tiradentes, a Abolição já era questão fundamental da luta pelo desenvolvimento, industrialização e emancipação do Brasil. A Independência, que se consolidou tendo como classe dominante os senhores de escravos e o Estado que os representava – a monarquia –, a tinha colocado em questão na palavra de seu próprio patriarca, José Bonifácio, dirigindo-se à Assembleia Constituinte em 1823, na apresentação de seu maior projeto.

Para José Bonifácio, a escravidão era uma herança insuportável da colonização, a comprometer a unidade e a própria existência da nova nação baseada em sua citação: ‘Se a antiga tirania era insensível a tudo, assim lhe convinha ser por utilidade própria: queriam que fôssemos um povo mesclado e heterogêneo, sem nacionalidade, e sem irmandade, para melhor nos escravizar’. Assim, a Abolição era absolutamente imprescindível para que um novo País, então com apenas um ano de idade, se consolidasse e o povo brasileiro completasse a sua formação: ‘...é tempo que vamos acabando até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes... cuidemos, pois, desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, e sem amalgamar tantos metais diversos, para que saiam todo homogêneo e compacto’.

Respondendo ao cretino argumento dos escravagistas, segundo o qual a Abolição seria um atentado ao seu direito de propriedade, José Bonifácio fez, então, a maior denúncia de escravidão em sua época, colocando a propriedade no devido lugar, subordinada aos interesses sociais e nacionais: ‘Não vos iludais, senhores, a propriedade foi sancionada para o bem de todos, e qual é o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos

naturais e se tornar de pessoa a coisa, na frase dos jurisconsultos? Não é, pois, o direito da propriedade que querem defender, é o direito da força, pois que o homem não podendo ser coisa, não pode ser objeto de propriedade. Se a Lei deve defender a propriedade, muito mais deve defender a liberdade pessoal dos homens, que não pode ser propriedade de ninguém sem atacar os direitos da providência, que fez os homens livres e não escravos. Esse comércio de carne humana é, pois, um cancro que já rói as entranhas do Brasil'.

Antes de tudo, a Abolição correspondia aos interesses nacionais, a rigor ela era um interesse nacional, não só o interesse da justiça, mas o interesse do País pelo progresso econômico e pelo avanço na industrialização, impossível com a escravidão, que só serve – ressaltava José Bonifácio – ‘para obstar a nossa indústria’.

O abolicionismo era, portanto, a luta contra o atraso, a estagnação e a ignorância. O combate foi extremamente árduo. Não teve, nem de perto, um único traço de concessão, até porque é uma ideia ridícula a de conceber uma classe inteira de senhores de escravos, dando a estes, como concessão, a liberdade. As leis antiescravagistas foram sistematicamente desrespeitadas, como denunciaram os abolicionistas: a maior parte delas era pura encenação; proibiu-se o tráfico de escravos, mas não a propriedade de escravos contrabandeados; a Lei dos Sexagenários concedia liberdade aos escravos que completassem 62 anos, isto é, aos mortos. A Lei do Ventre Livre concedia liberdade para a criança, mas não à mãe e nem ao pai. Onde iria viver essa criança ‘livre’, senão na senzala, como escravo? Os negros, os continuadores de Zumbi, estiveram todo o tempo, a exemplo de Luís Gama, à frente desse movimento; mais do que isso, manifestaram-se em massa. A própria declaração dos militares recusando-se a perseguir-los foi uma resposta à tentativa do Governo de usar o Exército para reprimir os quilombos formados pelos negros que saíam das fazendas. A tal ponto foram isolados os escravagistas, que o próprio Estado, que os representara desde a Independência, foi obrigado a decretar a Abolição. Com isso, como disse o inconformado Barão de Cotegipe, escravagista renitente, decretou também o seu próprio fim.

É verdade que os vencedores do 13 de Maio foram marginalizados durante a República Velha, exatamente porque a oligarquia, com seu servilismo aos banqueiros e aos especuladores ingleses, bloqueou o desenvolvimento e a industrialização do País,

continuação natural da Abolição. Foi necessária a Revolução de 30 para que os negros e todo o povo brasileiro conquistassem outra vez o lugar que lhes cabe.

Quando Getúlio decretou, entre outras inúmeras medidas, a lei estipulando que pelo menos dois terços dos trabalhadores das empresas teriam que ser brasileiros, começou a ser quebrada essa marginalização. Durante o período de Getúlio, o 13 de Maio tornou-se festa nacional, o samba tornou-se a mais universal expressão cultural brasileira, e as escolas de samba, com seus enredos nacionais tornaram-se o ponto culminante do Carnaval. Foi feita uma série de perseguições e discriminações contra os negros; entre elas, a que proibia a capoeira. A licença, que Getúlio assinou, para que o famoso Mestre Bimba abrisse a primeira academia de capoeira do País é a vitória do Supremo Tribunal Federal, da constitucionalidade das cotas raciais, entre outros atos, é um símbolo imperecível dos ideais e da luta que o 13 de Maio representa na consciência nacional. Hoje, esse é o caminho que retomaremos, e já retomamos, para construir um Brasil livre e justo. Congresso Nacional Afro-Brasileiro”. Muito obrigado. (Palmas.)

Gostaríamos agora de convidar todos para acompanhar e cantar o Hino à Negritude.

(Ouve-se o Hino à Negritude.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Convido o Sr. Daniel Santos, Diretor do CNAB do Rio Grande do Sul, e também o Sr. Pompeo de Mattos, ex-Deputado, Secretário do Trabalho Municipal, representando aqui o Prefeito Fortunati, a fazerem parte da Mesa.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa-tarde, Sr. Presidente; boa-tarde, Sr. Daniel Santos, Diretor do CNAB no Estado do Rio Grande do Sul; querido Pompeo de Mattos; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, em nome do Daniel Santos, quero aqui cumprimentar todos os meus irmãos; vejo-os ali nas galerias, com um sorriso, um sorriso como era o do meu pai, da minha mãe, do meu biso. Então, Sr. Presidente, por que eu quis vir à tribuna? Porque eu iria me sentir muito triste, uma falta de respeito muito grande para com meus irmãos, como se eu fosse falar de costas, Ver. Valter Nagelstein, para os meus irmãos.

Nossos antepassados lutaram para tirar aquela corrente das canelas. Ela ainda permanece, está ainda aí: é a corrente invisível. Ainda estamos pagando por essa corrente. Ela é invisível, gente. Ela é muito pior do que aquela da canela, pois mascara tudo isso aí, o preconceito disso tudo. Então, o tempo é muito pouco para eu falar sobre a minha raça, sobre aquilo que o meu avô contava. Eu tenho uma luta muito grande, principalmente pelas crianças e pelas mulheres negras, infelizmente. Acredito ter, um dia, o sonho, como tiveram o meu avô e o meu pai, de ver a igualdade de todas as raças, não importando qual seja.

Sr. Presidente, eu lhe peço que me dê um pouquinho mais de tempo para que eu possa ler este discurso, que é do meu coração.

O fim da escravatura trouxe para o povo a visão, que há muito já deveria ter ocorrido de fato, de que todos nós somos iguais, que não é a cor da pele que definirá o caráter de uma pessoa. Ainda é necessário que esse preconceito seja rompido, a cada dia, para fazer valer esse princípio tão precioso da igualdade. Por isso, há necessidade de um processo contínuo de conscientização nos colégios. Justamente com essa visão, criei o projeto Museu da História e da Cultura do Povo Negro, com o objetivo de criar um espaço para auxiliar as escolas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio sobre a história e a cultura do afro-brasileiro, divulgar a contribuição dos afro-descendentes brasileiros para o desenvolvimento deste Município de Porto Alegre, estimular o estudo, o hábito e os costumes da nossa raça, servir como espaço de expressão, de manifestação cultural do povo negro e dos afro-descendentes.

Sr. Presidente, caros Vereadores e Vereadoras, irmãos, hoje, eu, que cheguei como cheguei no futebol, digo para vocês que foi uma luta muito desigual. Muito desigual! Vocês não sabem o que é lutar neste País para ser alguém, para chegar aqui. Alguém tem que ver. Eu tenho certeza de que Oxalá está vendo; por isso ele me deu essa chance de eu vir aqui para falar sobre a nossa raça. É muito difícil, gente! Agora é fácil: o Tarciso campeão do mundo; o Tarciso Vereador. Mas quantos tarcisos não conseguiram vencer essa barreira? Por quê? (Palmas.) Por impedimento não das outras raças, mas de alguns governantes desumanos. Por isso nós não conseguimos – todos nós – sermos iguais a todos na face da Terra perante Deus, porque Ele disse na Bíblia uma coisa que me marcou: todos vocês são iguais diante da minha face. Obrigado, Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Ver. Tarciso. O Ver. Toni Proença está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TONI PROENÇA: Sr. Presidente; Sr. Pompeo de Mattos, Secretário, que aqui representa o Prefeito Fortunati; Sr. Daniel Santos, Diretor do CNAB, que se manifestou desta tribuna; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, permitam que eu faça uma saudação especial ao Sr. Antonio da Rosa, Diretor Nacional do Congresso Nacional Afro-Brasileiro, que hoje prestigia esta Casa; à Sra. Josiane, companheira Presidente do Sindicato dos Agentes de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, que também nos prestigia; ao “Tio Boneco”, lutador da Lomba do Pinheiro, que trabalha pela inclusão de jovens, meninos e meninas, pelo esporte – o chamo de tio Boneco porque é assim que todo mundo o conhece; à Sra. Glaci, Presidente da Afro-sul – religiões afro-descendentes de Porto Alegre. Companheiros e companheiras, quero saudar a iniciativa do CNAB, em fazer a comemoração do 13 de maio usando a Tribuna Popular.

Depois de ver a emoção do Ver. Tarciso, nesta tribuna, tenho certeza que vocês acertaram em cheio. Depois de ouvir este plenário, ouvindo atentamente o Hino à Negritude, tenho certeza que vocês acertaram em usar a Tribuna Popular, ferramenta da população de Porto Alegre, para comemorar a Abolição da Escravatura, no 13 de maio. Quero aqui fazer um agradecimento especial ao Sr. Luiz Afonso, a quem o Ver. Dib chama carinhosamente de 37, e ao pessoal do Setor de Relações Públicas da Câmara, que superou alguns entraves regimentais para que se pudesse ouvir o Hino à Negritude.

O Brasil vive um momento muito bonito, um momento de inclusão, um momento de desenvolvimento econômico, um momento de crescimento, onde novas classes econômicas ascendem, onde a cidadania começa a ter respeitados os seus direitos e as suas oportunidades. Pois, neste momento mágico do Brasil, também começa a aparecer a possibilidade do resgate de velhas feridas, Ver. Tarciso, de velhos direitos subtraídos durante toda a história do Brasil, como é o direito à dignidade dos negros, como é o direito à dignidade das pequenas populações dos índios, e por aí adiante.

Portanto, nós agora entramos numa nova fase, a fase em que nós, seguramente, teremos a luta pela emancipação e afirmação do povo negro, sua história, sua cultura e suas causas reconhecidas com dignidade e com observância dos seus direitos. Parabéns pela

iniciativa, parabéns pelo 13 de maio a todos que se somam nessa luta, parabéns a CNAB por manter viva essa chama e cada vez mais lutar pelos direitos do povo negro, pela sua história, pelas suas causas do Brasil. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Ver. Toni Proença. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Daniel, cumprimentando-o, cumprimento o Antonio, bem como todas as lideranças do Movimento Negro que estão aqui, do Congresso Nacional Afro-Brasileiro. Falo em nome do PSOL e em nome do Ver. Pedro Ruas, que também queria se pronunciar sobre esse tema muito importante, bandeira de lutas fundamentais para seguirem sendo empunhadas, que me cedeu o tempo para falar em nome do nosso Partido. Eu gostaria de trazer uma lembrança fundamental, depois da bela aula de história que foi trazida a nós e aos estudantes da Escola Ernesto Dornelles, que estão aqui hoje acompanhados das professoras. Primeiro, faço uma referência a um outro guerreiro, que junto com o Zumbi, com o Luís Gama, com os brancos apoiadores da luta abolicionista, o Joaquim Nabuco e o Castro Alves, que foi um grande poeta dessa luta, ao João Cândido, que foi um guerreiro que protagonizou a Revolta da Chibata, depois da Abolição da Escravatura, denunciando a brutal falta de recursos e um Estado ainda racista, que colocava os negros na Marinha com baixíssimos salários e péssimas condições de trabalho. Foi uma revolta muito importante no Brasil, que também foi traída pelo Estado, pela classe dirigente. Há alguém que deve ser sempre lembrado pela nossa memória, como o “Almirante Negro”, parte dessa luta fundamental.

Quero dizer do apoio do PSOL às bandeiras atuais. A vitória no Supremo das cotas raciais é parte da luta de vocês, que vêm fazendo mobilização em todo o Brasil pelas medidas de reparação que o Estado brasileiro, de conjunto, Ver. Pedro Ruas, ainda não fez com o povo negro, com as mulheres negras, que ganham, Josiane, um terço do salário dos homens brancos, proporcionalmente, num Estado muito desigual, em que, em muitos casos... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Ver.^a Fernanda. O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, quero saudar a sua fala aqui; ao saudar a sua fala, saúdo toda a luta do povo negro neste País, durante tantos e tantos anos, Ver. Todeschini, Ver.^a Sofia – Vereadores da nossa Bancada aqui presentes.

O 13 de Maio, assim como o 21 de Março e o 20 de Novembro são datas importantes, indiscutivelmente, mas acho que toda hora faz a História. Então, toda hora em que lutamos, Ver. Toni Proença, é extremamente importante para que a gente possa dar passos significativos. A questão das cotas deve ser algo não permanente, mas um passo importante para buscar a igualdade tão desejada por todos nós. Nós temos que chegar um dia a uma pátria verdadeiramente livre, igualitária de fato, não apenas na questão formal. Por isso, nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, louvamos a atitude de vir aqui, discutir, nos apresentar essas questões. Esta Casa tem que ser encharcada, exatamente, desse movimento social em busca de igualdade. Avante! Sucesso sempre!
Boa-tarde!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Ver. Adeli. O Ver. Elói Guimarães está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, e, logo após, continuará seu pronunciamento em Comunicação de Líder.

O SR. ELÓI GUIMARÃES: Sr. Presidente; prezado orador Daniel Santos; Sr. Antonio Luis Antunes da Rosa; Secretário Municipal do Trabalho, Pompeo de Mattos; as datas de 13 de maio e 20 de novembro, Zumbi, enfim, são momentos que nos levam a fazer as reflexões sobre a história das discriminações, e, principalmente da escravidão. É inadmissível que no século em que vivemos, se pudessem transformar seres humanos – por uma questão de pigmentação apenas – em coisas, em objetos.

Então, este é um momento importante para fazermos uma reflexão, no sentido de banir, sob todos os meios, toda e qualquer forma de discriminação.

Lembro ainda, rapidamente, Sr. Presidente, que há anos nesta Casa – posto estar no oitavo mandato –, falando sobre o Zumbi dos Palmares e propondo a Porto Alegre um monumento a Zumbi, dizíamos que foi importante – e aí a imprensa divulgou e não entenderam num primeiro momento – a invasão holandesa, e as invasões que se fizeram no Brasil, porque a partir daquele momento, todo controle que se fazia sobre os escravos – havia as forças regulares, enfim, de segurança, e com a invasão holandesa e depois a francesa, essas forças tiveram que ir para a frente de guerra. E a partir daí, sim, facilitou para que os escravos constituíssem os quilombos. Fugiam das fazendas – de exploração de café, e por aí se vai – e foram formando os quilombos, e o principal exatamente foi o Quilombo de Palmares, onde lá se constituíram. E criou-se essa grande liderança deste guerreiro de profunda consciência que foi Zumbi. Então, fazíamos essa declaração, exatamente, cumprimentando, por incrível que pareça – olha a contradição que isso possa carregar –, mas a invasão em que exatamente afrouxaram-se os controles sobre os negros, sobre os escravos e permitiram que eles fossem constituindo os quilombos e aí criassem condições políticas, formais para que a Rainha afinal homologasse ou decidisse, enfim, com a sua Lei para a abolição da escravidão. Mas se nós olharmos este Brasil, meu caro orador aqui da tribuna que fez um belo discurso aqui, esse Brasil é moreno, este é um País moreno, nós somos um povo cruzado. Pega aqui o Rio Grande do Sul, com as correntes migratórias, mas o Brasil é um Brasil moreno. Então, o negro, os afro-descendentes que construíram este País, que aqui no Rio Grande do Sul defenderam as fronteiras pelo braço, pela luta, somos todos irmãos, essa é a grande verdade. Essa consciência tem que ser tocada em todos. Nós somos irmãos, com raríssimas exceções, viemos dos mesmos ventres com os cruzamentos todos que se processaram e se formou esse povo brasileiro. O povo brasileiro é moreno, este povo brasileiro cruzado. Que alegria! Um povo que não tem aqui no Brasil, Ver. João Antonio Dib, aqueles problemas que muitas vezes o velho mundo tem. Aqui se formou, nessa verdadeira trança de etnia, um povo cruzado, um povo moreno. Portanto, a nossa saudação aos afro-descendentes e vi que são brasileiros. A nossa saudação, quando se faz uma reflexão e se chama atenção para que afastemos de nós toda e qualquer discriminação que se possa fazer sobre os seres humanos, seja ela de que ordem for, da pigmentação nem se fala, mas outras também de categorias sociais, discriminação do pobre, discriminação do velho, etc...etc... Nós temos que banir totalmente, como se baniu pela luta, pela garra com o

Zumbi à frente, a escravidão, que, lamentavelmente, foi uma mancha, não negra, mas uma mancha, em nosso País, sobre a Nação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Ver. Elói Guimarães.

Saúdo a presença dos alunos do Colégio La Salle, da Escola Técnica Parobé, da Escola Senador Ernesto Dornelles e do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, que estão hoje aqui nos prestigiando para ouvir, logo mais, a palestra do Sr. Cássio Silva Moreira, professor e economista, em que daremos continuidade às nossas homenagens aos 130 anos de Getúlio Vargas.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; eu quero cumprimentar o Sr. Antonio Luis Antunes da Rosa. Saúdo o nosso ex-Deputado Pompeo de Mattos, Secretário Municipal do Trabalho; os estudantes que estão em nossa Casa no dia de hoje, e, especialmente, o nosso povo negro por essa efeméride, por mais essa data.

O Brasil se orgulha de ser o País que é. O Brasil é um País negro, é um País branco, japonês, árabe, judeu, italiano. O Brasil, graças ao bom Deus, é o País de todas as etnias. É um desafio para todos nós preservarmos esta ambiência, esta convivência, este cenário generoso. Não só generosas são as nossas matas, não só generosa é a nossa natureza, mas generoso é o nosso povo. Este País de tantas cores, de tantos povos, foi forjado, sobretudo, a partir do sangue do povo negro.

Portanto, é um dever do meu Partido – como de todos os outros Partidos, um Partido que lutou pela democracia, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro e de todos os seus Vereadores, Sr. Presidente, vir a esta tribuna, somar voz às outras e aos outros Partidos, para trazer o nosso pleito de gratidão, para reconhecermos a luta deste povo na forja deste País, na construção deste País. No singrar mares, atrelados a perversas correntes, e aqui ajudar a construir esta maravilhosa e generosa Nação, que é o Brasil.

O Brasil, eu tenho certeza, esta Câmara Municipal de Vereadores, esta Cidade e todos nós somos gratos a todos que aqui vêm e a todos que contribuíram, muito especialmente ao povo negro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; rapidamente quero saudar o Sr. Antonio Luis Antunes da Rosa. Nós, da Bancada do PDT, eu, V. Exa., o Ver. João Bosco Vaz e o Ver. Márcio Bins Ely – não poderia ser diferente – nos irmanamos nesta profunda reflexão que deve ser feita com relação à Abolição da Escravatura. É fundamental que nós façamos esta profunda reflexão, ano após ano, para que, efetivamente, não tenhamos anos difíceis. Assim como é importante sempre lembrarmos a importância da democracia para não voltarmos ao passado, Ver. Toni Proença, Ver. Bernardino, e não acabarmos nos embecendo dentro dos raios da ditadura. Eu fui estimulado, aqui, para frasear Jayme Caetano Braun em homenagem ao Secretário Pompeo, aqui, modificando um pouco a poesia, talvez a mais conhecida de Jayme Caetano Braun: “Mãe negra do Rio Grande/ Santa criatura/ Olho-d’água de ternura/ Na velha várzea pampeana/ Não há rincão de alma humana/ Onde não se erga um altar/ Somente pra te adorar/ como Deusa e Soberana”. Parabéns, e que possamos, cada dia mais, rumar, tendo como objetivo a igualdade de todos, a igualdade racial, a igualdade de gênero. Certamente, nós vamos ter uma sociedade muito mais feliz a partir disso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Neste momento da nossa Sessão de hoje aqui na Câmara, fizemos uma reflexão sobre a história brasileira e, muito especialmente,

sobre a questão do povo negro. E quando nós paramos e pensamos nos anos de 1500, nós vamos ver aquelas idas e vindas de pessoas nos mares, muitos chegando ao Brasil. Quando chegamos aos séculos XVIII e XIX, vemos os nossos imigrantes que vieram para cá numa situação, e o povo negro que chegou noutra, bem diferente. Eu acho que é de se pensar em questões e reveses, mas muito mais aqui hoje é dia de se citarem a história, as batalhas e, essencialmente, as peleias e as conquistas do povo negro no nosso País. Por isso que nós compreendemos a evolução que vem ocorrendo muito lentamente, mas compreendemos que são conquistas pela luta do povo negro no nosso País. Um abraço, parabéns a vocês. É importante estarem conosco nesta tarde de hoje. Um abraço a ti, especialmente, Daniel. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, eu quero cumprimentar por este bonito momento oportunizado aqui pelo Congresso Nacional Afro-Brasileiro, muito bonito porque ressignifica o 13 de maio. Eu acho que são tantas perdas históricas e é tamanha a dívida que o povo brasileiro tem com o povo afro-descendente no Brasil, que tanta contribuição deu com o seu trabalho, com a sua cultura, e que foi tão marginalizado por quase três séculos, que nós não podemos perder nenhuma data, mas ressignificá-las, torná-las nossas, torná-las do povo negro, vitórias do povo negro. O 13 de maio é o Dia Nacional de Luta Contra o Racismo, e eu quero frisar isso porque nós não vamos entregar essa vitória para uma princesa; é uma vitória do negro, da negra que morreu, que foi escravizada. Eu quero, portanto, dizer que é nesse tom que nós celebramos este momento, e quero lembrar da grande vitória da legalidade das cotas na universidade, que é uma belíssima vitória neste Brasil; eu tenho certeza que será um divisor de águas. Nós só mudaremos e conseguiremos uma democracia real e substantiva se o negro e a negra estiverem nos postos-chave, nos postos de decisão. Essa presença física, cultural, de inteligência é muito importante, portanto, as cotas são fundamentais. Então, grande força para a luta do povo negro, porque o Brasil será melhor se ele for reconhecido e tiver espaço e voz para incidir nos rumos do País. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Muito obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. Eu quero agradecer a presença das entidades, em especial ao Congresso Nacional Afro-Brasileiro, na pessoa do Sr. Daniel Santos, que é o Diretor dessa Instituição; quero agradecer a todos os militantes que estão aqui presentes, ao povo negro, e quero dizer que esta Casa tem muito orgulho de ser uma Casa plural, uma Casa que abre espaço, que usa a sua Tribuna Popular para todos aqueles movimentos importantes da nossa Cidade. Sejam muito bem-vindos, e que esta Casa também seja a Casa de vocês. Esta Casa está à disposição.

O SR. CARLOS TODESCHINI (Requerimento): Presidente, Ver. Mauro Zacher; requero, neste momento, um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Milton Adão Araújo Santos. O Sr. Milton, do Reino de Oxalá e Oxum, casa religiosa que tem mais de 70 anos nesta Cidade, esposo de Mãe Jane de Oxum e pai carnal de Pai Chiquinho de Oxalá. Eu solicito este minuto de silêncio porque ele era patriarca de uma família que tem cultuado muito a cultura e a religião, em especial a afro-descendente.

O SR. VALTER NAGELSTEIN (Requerimento): Eu quero me somar ao pedido de um minuto de silêncio para levar o nosso respeito ao falecimento ontem ocorrido, com sepultamento hoje, da Sra. Suzana Starosta, que foi uma das principais lideranças da comunidade judaica de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Presidente da Wizo, que é uma entidade de mulheres que trabalha no apoio a famílias necessitadas e carentes; é uma entidade internacional. Ela infelizmente faleceu, ontem, de forma prematura e inesperada. Eu gostaria de estender este minuto de silêncio à memória da Sra. Suzana Starosta.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Vereadores, logo após as despedidas, faremos um minuto de silêncio. (Pausa.)

(Procede-se à despedida dos convidados.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Faremos, agora, um minuto de silêncio em homenagem às pessoas já nominadas pelos Vers. Carlos Todeschini e Valter Nagelstein.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, meus senhores e minhas senhoras; amanhã, o Jornal do Comércio aniversaria. Passados 79 anos dos quais eu tenho a satisfação de ter acompanhado os últimos 66 anos. Lembro muito bem quando, com muita frequência, eu ia à redação do Jornal do Comércio, no 3º andar do Palácio do Comércio. Nesse tempo, parte do jornal era impressa com tipografia, e parte era mimeografada, onde apareciam a chegada e a movimentação dos navios, notícias da Bolsa, etc. e tal. Então, realmente, tenho essa satisfação.

Quero dizer que o Jornal do Comércio é um jornal que noticia com absoluta isenção, é um jornal de correção, um exemplo para os demais porque faz um trabalho belíssimo: fala sobre a Cidade, o Estado, o País, e é o único jornal que permanentemente dá cobertura à Câmara Municipal. Com muita frequência, nós falamos com o repórter do Jornal do Comércio, que nos entrevista. O jornal traz o noticiário da Câmara de forma isenta, correta, nós não podemos colocar nenhum reparo à sua apresentação moderna e eficiente. Por isso, em nome do PP, o Partido Progressista, enquanto se espera amanhã, o dia do aniversário do Jornal do Comércio, quero cumprimentar a Direção do jornal, os servidores que lá estão, jornalistas, tipógrafos, enfim, todos aqueles que fazem o jornal de segunda-feira a sexta-feira. É um jornal que religiosamente, de segunda-feira a sexta-feira, pela manhã, eu leio; leio e saio bem informado com notícias do mundo, do País, do Estado e, principalmente, da nossa Câmara e da nossa Cidade.

Ao longo desses 66 anos, eu tive a satisfação de fazer amizades no Jornal do Comércio: com o seu fundador, Jenor Cardoso Jarros; com a Dona Zaida, criatura extraordinária que, até há pouco tempo, ainda presidia o nosso Jornal do Comércio; o Delmar Jarros, filho do casal Jenor e Zaida, que presidiu o Jornal por um bom tempo; esse jornal que

agora está nas mãos do meu amigo Mércio Tumelero. Quero, em nome do meu Partido, desejar a todos eles muita saúde, muito sucesso e paz. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Hoje temos o comparecimento do Sr. Cássio Silva Moreira, Professor e Economista, a quem temos a grata satisfação de receber. Ele abordará o tema O Desenvolvimento Econômico na Era Vargas, dando continuidade às homenagens dos 130 anos de Getúlio Vargas. Seja muito bem-vindo.

Também quero saudar as escolas aqui presentes: La Salle, Parobé, Ernesto Dornelles e Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Muito obrigado pela presença e também pela compreensão dos educadores que estão aqui com os seus alunos.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes): Senhoras e senhores, boa-tarde. Neste momento, damos início à atividade que marca o pontapé inicial das comemorações preparadas pelo Legislativo da Capital para lembrar a passagem dos 130 anos de nascimento de Getúlio Vargas, ocorrido em 19 de abril de 1882.

A palestra “Desenvolvimento Econômico Brasileiro na Era Vargas” será ministrada pelo Professor Dr. Cássio Silva Moreira. O Professor Cássio possui Doutorado em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestrado em Economia do Desenvolvimento, pela Pontifícia Universidade Católica – PUC; MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas; e graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Atualmente é Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul e foi analista socioeconômico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e Professor de Economia nos cursos de graduação pela Faculdade Porto-Alegrense, pelo Centro Universitário La Salle, tendo experiência na área do ensino em graduação e pós-graduação e em Economia, atuando principalmente nas seguintes áreas: Economia Brasileira; História Econômica; Economia do Desenvolvimento Econômico; e Economia Internacional.

Nós gostaríamos de agradecer a presença do Sr. Secretário do Trabalho, Pompeo de Mattos, que está representando o Prefeito Municipal José Fortunati; aos alunos e

professores das Escolas La Salle Dores, Escola Técnica Parobé, Escola Técnica Senador Ernesto Dornelles e Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Passamos a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Mauro Zacher.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Passamos a palavra, de imediato, ao nosso convidado, Sr. Cássio Silva Moreira, Professor e Economista.

O SR. CÁSSIO SILVA MOREIRA: Boa-tarde a todos, à plateia, aos Vereadores, à Mesa. Eu queria, em primeiro lugar, agradecer o Mauro pela iniciativa da comemoração dos 130 anos de data de nascimento de Getúlio Vargas. Também queria agradecer a Nara, o Milton e a toda equipe aqui da Câmara de Vereadores.

O assunto que a gente veio trazer nesta Palestra, é o Desenvolvimento Econômico na Era Vargas. (Procede-se à apresentação de fotos no telão.)

Notem que a Era Vargas, dependendo do tipo de entendimento que eu tenho, ela pode ser ainda, de certa forma, na Era Vargas, porque grande parte do arcabouço, tanto da legislação trabalhista quanto da legislação das estatais que ainda persistem, mas a gente vai delimitar o tema, falando principalmente dos dois Governos Vargas, que vão de 1930 a 1945, e, depois, de 1951 a 1954. Permitam-me também que eu fale sobre o Governo João Goulart, que, de certa forma, vai ser uma continuidade do projeto que vai ser elaborado no início do Governo Vargas.

Eu vou usar, mais ou menos, uns 30 minutos; vou tentar reduzir uma palestra, porque, de repente, eu poderia falar horas e horas aqui; vou tentar condensar isso em 30 minutos e, depois, terá um tempo para perguntas, alguns questionamentos. Antes de eu falar um pouquinho do Vargas em si, e no primeiro encontro teve até a palestra do Professor Pedro Fonseca, que até tinha sido meu orientador no doutorado na UFRGS, então ele falou um pouco mais na questão do Vargas, estadista, e eu vou me centrar um pouco mais na questão do desenvolvimento e do projeto de Nação do Presidente Getúlio Vargas. Mas, antes de falar de Vargas, é bom a gente lembrar um pouco: o Brasil, descoberto, entre aspas, porque aqui já viviam os índios –, ou melhor, quando os portugueses chegam, por volta de 1500, o Brasil, desde o início, torna-se um projeto de metrópole, ou seja, um projeto colonial no sentido de extrair riquezas e enviar a Portugal, e, de certa forma, num

segundo momento, para a Inglaterra indiretamente também. Então, quando os portugueses chegam aqui, eles visam a algum produto que possa ser usado para exportação, e aí a gente tem vários ciclos: o ciclo do pau-brasil, o ciclo do açúcar, no Nordeste, depois o ciclo da mineração, e depois vem a questão do café, principalmente no século XIX. O café, principalmente na questão de São Paulo e Rio de Janeiro, um produto voltado à exportação, traz uma enorme dependência da economia brasileira, porque ela fica extremamente ligada a um único produto, ou seja, quase 60%, 70% da pauta de exportação brasileira em 1900 é o café, e também vulnerável às questões de oscilação dos preços internacionais. Isso vai ser mais agravante ainda em 1929, quando acontece a quebra da Bolsa de Nova Iorque, e aqueles preceitos liberais caem por terra, ou seja, que a oferta gera a sua própria demanda. Aí, a gente começa uma fase mais keynesiana. Aqui no Brasil, acontece a Revolução de 1930, que na verdade pode ser dividida em quatro esferas, uma esfera cultural, que vai ganhando força na Semana da Arte Moderna em 1922; uma esfera mais militar, com o Movimento Tenentista; uma esfera econômica e uma esfera política. Uma esfera econômica, com debate em relação à industrialização – não que não houvesse industrialização no Brasil, havia, e eu sempre indico para os meus alunos – já vi alguns aqui presentes, obrigado pela presença – um filme sobre o Barão de Mauá, que era um visionário naquela época e já defendia a industrialização em um ambiente em que se dizia que o Brasil tinha uma vocação agrícola e que deveria permanecer agrícola. Na esfera política, a questão do descontentamento de algumas oligarquias, principalmente a oligarquia gaúcha aliada à nordestina também com aquela política café com leite. Para quem não está lembrado, a política do café com leite vai ser uma alternância no Poder entre um representante de São Paulo e Minas Gerais, Minas Gerais e São Paulo. Quando acontece o Golpe de 1930 que depois vai se tornar uma revolução, pelas várias transformações que o País vai sofrer neste período, mas quando acontece o golpe que depõe o Presidente Washington Luis e impede o presidente eleito, que vai ser Julio Prestes – não confundir com Luiz Carlos Prestes. Tem que entender também as eleições daquela época: 2% da população brasileira votava. As mulheres não tinham direito a voto, uma boa parte da população era analfabeta e não votava, e uma outra parte não votava porque não tinha renda que permitisse votar, e o voto era em aberto ainda, ou seja, a questão do voto a cabresto. Então, eram eleições completamente, muitas vezes, com o perdão da redundância, manipuladas, então, é

nesse contexto que vai ser eleito Julio Prestes, e vai eclodir o golpe que vai ascender Getúlio Vargas ao Poder. Quando Vargas chega ao Poder, muito se questiona se a industrialização foi algo que acontece de forma involuntária ou planejada. Tem cada vez mais trabalhos no meio acadêmico, e inclusive até do Professor Pedro Fonseca, que trazem a questão da intencionalidade, ou seja, a elaboração de um projeto de industrialização que vai ser abalizada até pela Conceição Tavares na questão do processo de substituição de importações, o deslocamento do centro, do eixo dinâmico, também o Celso Furtado. Então, traz a questão da intencionalidade na indústria, que já existe pelas franjas da economia cafeeira, mas que agora começa a ser objeto de política econômica por meio do Governo Getúlio Vargas. Então, quando Vargas chega ao Poder, primeiro, a gente vai ter que dividir o Governo Vargas, o primeiro Governo Vargas, entre o período 1930 a 1934, o Governo Provisório; de 1934 a 1937, Governo Constitucional; de 1937 a 1945, Governo Ditatorial. Em relação ao Governo Provisório, Vargas chega, e já começa a questão da Justiça do Trabalho. Eu vou meio que condensar o que eu falaria do Governo Provisório e do Constitucional num só, ou seja, começa-se a trazer a questão da Justiça do Trabalho, uma reforma do ensino. Havia, na plataforma de campanha do Vargas, enquanto Aliança Liberal, a questão de institucionalizar o ensino público. Até na questão do ensino técnico profissionalizante... Eu sou Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul; inclusive, permitam-me anunciar que as inscrições estão abertas, é público, gratuito e de qualidade.

Então, o Vargas vai começar essa questão do ensino profissional, depois é retomado – há uma tentativa no Governo João Goulart – nos Governos Lula e Dilma.

Então, quando Vargas chega ao Poder, nesse período vai haver vários acontecimentos que vão transformar o Estado Nacional Brasileiro, ou seja, o Vargas vai consolidar o Estado Nacional, que antes era um Estado, de certa forma, fruto de interesses – ou “interesses” – da questão da economia cafeeira, ou seja, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. E o Vargas começa a dar um caráter nacional ao desenvolvimento brasileiro. Diga-se de passagem que, por muito tempo na literatura, desenvolvimento e crescimento econômico eram sinônimos, mas não são: crescimento é uma coisa, medido principalmente pela questão do crescimento do PIB, e desenvolvimento econômico principalmente pela questão de crescimento mais harmonioso, ou seja, mais equilibrado, com bem-estar geral da população.

Então, quando Vargas chega, trazendo um pouco da plataforma, que tem muito até da influência do movimento tenentista, ele traz a questão da moralização da Administração Pública, que antes não havia nem concurso, nada, e a questão da defesa do nacionalismo econômico. Este primeiro Governo Vargas, provisório, vai ser marcado por algumas reformas, ampliação de alguns conselhos, etc. Em 1932 vai acontecer, começando em São Paulo, a chamada a Revolução Constitucionalista, que nada mais é do que a tentativa daquela oligarquia que foi deslocada do Poder de tentar derrubar o Vargas de chegar ao Poder – de certa forma vai ser abafada –, há a Constituição em 1934, então governo constitucional, nesse período Vargas se aproveita de um movimento que tentava implementar o comunismo, liderado por Luís Carlos Prestes, e usando, de certa forma, esse pretexto, dar um golpe que vai se chamar Estado Novo, que vai ser o período ditatorial de Vargas, que vai de 1937 a 1945. Bom, Vargas, nesse período, vai ter muitas realizações, embora, por um lado – o lado negativo –, há uma supressão dos direitos políticos e até um regime mais ditatorial, por outro lado, vai ser importante, porque vai consolidar aquelas transformações que vão iniciar com o golpe de 1934. Ou seja, não estavam muito consolidadas ainda todas as modificações que Vargas estava começando a iniciar no País, tanto é que a oligarquia paulista, ligada ao café, era muito forte e vai ser muito forte, ainda mais na questão do setor rural, etc. Então, com o Estado Novo, se, por um lado, traz a questão da supressão dos direitos políticos, por outro lado, é extremamente importante para consolidar o Estado nacional, tanto que o Vargas proibia o hasteamento de bandeiras estaduais pela questão da Bandeira do Brasil.

Nesse período, vejam só, naquela época, as pessoas não tinham direito a férias. Imaginem vocês trabalharem sem direito a nada de férias, tanto que, por parte do empresariado, era visto, quando Vargas propôs as férias, como que os trabalhadores vão cair no ócio, na vagabundagem, que era um absurdo, e Vargas teve de ter um jogo de cintura para conseguir implementar, consolidar as leis trabalhistas que já são reivindicações da classe trabalhadora há algum tempo.

Mas quando Vargas consolida a legislação trabalhista, ele, de certa forma, barganha, entre Alemanha e Estados Unidos, e consegue um bom financiamento para a construção da Siderúrgica Nacional. Na época, isso era fundamental para desenvolver uma indústria do aço; como hoje é a biotecnologia, a nanotecnologia, na época era a siderúrgica. E Vargas consegue, em troca permite que os Estados Unidos instale uma base militar no

Nordeste. Vai ser criada também a Vale do Rio Doce, ou seja, muitas coisas que a gente conhece hoje, que, de certa forma, foram privatizadas na época dos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, começaram no Governo Vargas, foram institucionalizadas pelo Governo Vargas.

Então, Vargas vai acabar esse período vivendo uma contradição: ele acaba apoiando alianças contra o eixo – apoia Inglaterra, Estados Unidos, França, União Soviética contra o eixo Japão, Alemanha e Itália – e fica numa contradição, ou seja, se internamente ele tem uma ditadura, na política externa ele é aliado contra ditaduras, então ele acaba sendo deposto. É importante, quando a gente fala em desenvolvimento econômico, trazer três variáveis, e eu, como um desenvolvimentista, acredito que história, política e economia estão interligadas. É impossível falar de economia sem falar de política, sem falar de história. Até porque, infeliz do povo que não conhece sua história, que não vai ter domínio ou conhecimento do seu futuro. Por isso a importância do resgate da história.

Vargas, então, vai ser deposto em 1945, vai ter eleições, e quando está acabando o seu mandato, vão ser criados três Partidos, entre outros: de um espectro mais de direita vai ser criada a UDN – União Democrática Nacional; um mais de centro, o PSD; e um mais de esquerda, dentro do sistema capitalista, o antigo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB antigo. Depois surge o partido comunista, que vai ser cassado pelo Governo Dutra. Num primeiro momento, a UDN vai reunir os que são contra o projeto de Getúlio Vargas, ou seja, os antigetulistas, e o PTB e o PSD, de certa forma, vão reunir os que são a favor, ou seja, os getulistas.

Então, é interessante estudarmos esse contexto e conhecer um pouco a linhagem partidária, porque, muitas vezes, se fala que hoje não tem direita ou esquerda, mas que tem, sim, projeto diferentes. Não estou dizendo se um projeto é melhor que o outro, depende muito da visão de cada um, mas existem projetos, muitas vezes antagônicos em alguns pontos. Por isso a importância do estudo, do conhecimento, parafraseando uma Faculdade: só o conhecimento garante a sua liberdade.

Então, em 1945 acaba o primeiro Governo Vargas, e começa o Governo Dutra que vai ser apoiado, na última hora, na famosa frase de Getúlio: “Vote nele.” E o Vargas fica numa contradição: de um lado a UDN, os antigetulistas; de outro, o Dutra que ajudou, inclusive, a depor ele em 1945. Mas, no último momento, ele apoia o Dutra, que é eleito Presidente do Brasil, e até surge o movimento do “queremismo”, queremos a Constituição com

Getúlio, que acaba não vingando. O Getúlio, então, acaba sendo deposto e, aí, começa o Governo de Dutra. Na questão econômica, o Governo do Dutra, de certa forma, forma o seu ministério com políticos mais conservadores, inclusive antigetulistas, da UDN, e adota uma liberalização cambial que, de certa forma, faz com as reservas cambiais, ou seja, o acúmulo de moeda estrangeira que o Brasil acumulou durante o primeiro Governo Vargas, sejam gastas, torradas em pouco tempo. É interessante frisar também que, na esfera econômica, nesse período, o Governo Vargas vai começar o processo de substituição de importações focado nos bens não duráveis. Aqui um parêntese, porque eu sei que o público é bastante heterogêneo: em economia há o departamento dos bens de consumo, que são divididos entre bens duráveis e não duráveis, e os bens de produção, que são divididos entre bens intermediários e de capital. Nesse primeiro Governo Vargas, de 1930 a 1945, vai se iniciar o processo de substituição de importação de bens não duráveis – têxtil, bebidas, etc. – e o Estado vai se encarregar da questão da infraestrutura e dos bens intermediários. Então, a gente vai ter esse período do Governo Dutra, de 1945 a 1950, e depois vamos ter novas eleições para a Presidência da República e, mais uma vez, Getúlio se candidata por meio do PTB. O Getúlio faz uma aliança com um político famoso de São Paulo, Ademar de Barros, porque ele não tem tanta entrada em São Paulo, até hoje, de certa forma, não tem, o getulismo não tem tanta força. Nos Municípios brasileiros, muitos deles, em vários Estados, tem ruas chamadas Getúlio Vargas, em São Paulo isso não é tão comum, embora exista. Acontece, então, que Vargas será eleito, representando o PTB antigo e, concorrendo contra o candidato da UDN, e aí Vargas chega ao poder em 1951, e vai começar a implementar, num primeiro momento, uma tentativa de estabilização, porque a inflação começa a se tornar um problema crônico no Brasil, que vai ser, de certa forma, acabado no Governo Itamar Franco, com o Plano Real, então o Vargas começa uma política mais estabilizadora, depois ele começa a adotar mais o que se chamaria de nacionalismo econômico, ou seja, é criada a Petrobras, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que depois ganha o “s” de social, o que, de certa forma, vai servir para o financiamento de empresas na área de produção, etc., muitas coisas vão ser feitas, e há, de certa forma, uma pressão cada vez maior por uma parte considerável da mídia, acusando o Governo Vargas de corrupção, “mar de lama do Palácio do Catete”, etc., até que em 24 de agosto o Vargas se suicida, revertendo uma tentativa de golpe. Adia o golpe por dez anos, ou seja, o golpe, que poderia ser dado em

1954, será dado em 1964. Vargas adia, com um tiro no peito, por dez anos a tentativa de golpe. Eu não vou ler todo, até pelo tempo, mas é interessante ler, pelo menos depois – é só procurar na Internet – a carta testamento de Getúlio Vargas que, de certa forma, vai mostrar muito do programa econômico e do projeto do Vargas – no finalzinho, se sobrar algum tempo, eu leio a carta testamento do Vargas. Muitas pessoas nunca leram, e é um documento extremamente importante na história econômica e política do País.

É deposto o Vargas e é feita uma aliança entre o Governo JK, representando o PSD, um Partido mais de centro, getulista, e um vice-presidente que vai ser o herdeiro político do Presidente Getúlio Vargas, que será o João Goulart, Jango. Em uma oportunidade, de repente, se a Câmara tiver, vocês poderiam ver, até tenho um vídeo, no meu *site*, que é www.cassiomoreira.com.br, apresentando minha tese de doutorado que é sobre o projeto de nação do João Goulart.

Então, o JK será eleito, e naquela época, pessoal, se votava em presidente e vice-presidente de forma separada. Imaginem que uma eleição assim poderia, de repente, eleger – vou citar dois Partidos que têm projetos diferentes – um presidente do PSDB e um vice do PT, ou o presidente do PT com um vice do PSDB, ou seja, projetos diferentes para o País; na época, podia se votar para presidente e vice-presidente de forma separada. Nessa ocasião, a chapa, foi eleito o Presidente JK, Juscelino Kubitschek, famoso pelos 50 anos em 5, construção de Brasília, o plano de metas, e o Vice-Presidente, o herdeiro do trabalhismo, do projeto Vargas – até na minha tese coloco isso –, que começa o projeto de Vargas, mas aos poucos ele vai sendo influenciado por alguns pensadores, como Alberto Pasqualini, e se transformando no projeto trabalhista, implementado durante o Governo Getúlio e continuando com o Governo Jango. É eleito o JK, ele vai promover o plano de metas, 50 anos em 5, quase todas as metas estão orçadas, principalmente focadas, agora, nos bens duráveis, ou seja, de certa forma, embora JK seja considerado um Governo desenvolvimentista, em algumas coisas ele vai no caminho do projeto nacional e desenvolvimentista do Vargas, mas em outras coisas ele acaba meio que indo contra o projeto do Vargas. Diga-se de passagem: quando o Vargas se suicida, assume o Vice Café Filho, e ele vai promover uma instrução na Sumoc, que na época era o equivalente ao Banco Central, a instrução nº 113 da Sumoc que vai, de certa forma, favorecer o capital estrangeiro em relação ao capital nacional; isso vai enfraquecendo o projeto Vargas, e com JK se amplia, ainda mais, a entrada das

multinacionais, principalmente no setor automobilístico. Aí vai haver uma mudança importante na logística, na questão da ferrovia para rodovia, por causa da entrada das empresas automobilísticas no Governo JK. O Governo JK também faz algumas coisas que agradam ao projeto trabalhista, no sentido do rompimento com o FMI e outras questões nesse sentido. O JK também vai ter uma 31ª meta – ou 32ª, não lembro –, que vai ser a construção de Brasília, só que essa não estava tão orçada e esse será um dos motivos da aceleração inflacionária no período posterior. Há uma tentativa de golpe, de impedir que o JK assuma, e aí, ao meu ver, tem um político – militar e político – que deve ser resgatado na nossa história – até indico o livro “O Soldado Absoluto”, uma biografia do Marechal Lott –, um personagem da nossa história muito pouco estudado e que tem que ser resgatado. Depois chega a questão das eleições e, novamente, são lançadas duas chapas: o Marechal Lott, como Presidente da República, tendo como Vice João Goulart, o Jango, na união PSD-PTB, e, de outro lado, representando o PTN, Jânio Quadros, também com o apoio maciço de Carlos Lacerda, que vai ser um dos principais representantes da UDN. Jânio Quadros, que é um político que teve uma ascensão meteórica na política, Vereador, Prefeito, Governador, Presidente da República, será eleito e, em sete meses, renuncia, deixando uma carta testamento.

Esse período vai ser marcante, porque Jânio Quadros renuncia e quem será o novo Presidente constitucional – pelo menos a Constituição visava assim – é João Goulart, o herdeiro do projeto Vargas, da herança getulista. Então, o Jango vai assumir, num primeiro momento há uma tentativa de impedimento, com a campanha da legalidade, mas ele assume com alguma negociação, primeiro vai instituir o parlamentarismo no Brasil, onde um dos primeiros-ministros vai ser o Tancredo Neves, até que o Jango consegue adiantar o plebiscito e acaba voltando para o presidencialismo. Aí ele começa a ser direcionado para as chamadas reformas de base, reformas que, diga-se de passagem, continuam muito atuais, como a questão da Reforma Tributária, mudando o sistema tributário regressivo para progressivo, etc. Então, o Governo João Goulart é que tenta retomar o processo de substituição de importações, e essa é a grande novidade da minha tese de doutorado, que mostra que muitas coisas que foram implementadas no segundo PND do Governo Geisel, no regime militar, estavam previstas no projeto do Governo João Goulart – essa que é grande novidade da tese. Então, o Jango é deposto pelo golpe de 1º de abril de 1964 ou pela revolução de 31 de março de 1964 – depende do ponto de vista

–, aí começa o período do regime militar e depois a redemocratização, o Governo Sarney, Collor, Fernando Henrique, e, na minha modesta opinião, esse projeto, interrompido em 1964, aos poucos vai sendo retomado pelos Governos Lula e Dilma. Por isso, quando comecei minha palestra, falei sobre a questão da Era Vargas; hoje a Petrobras é uma das maiores multinacionais da América Latina, do mundo, a gente ainda tem o BNDES, que tem um papel importante no desenvolvimento, e a questão de algumas visões da época do Vargas... Claro que hoje a gente vive um contexto completamente diferente de 1964, a gente tem um aumento da globalização, tanto financeira como produtiva e comercial, a gente tem a questão das empresas multinacionais muito mais atuantes e participantes do desenvolvimento do País, mas, de certa forma, volta a questão da intervenção do Estado na economia. Na verdade, quando tu estudas economia – e antes eu não comentei as questões do MDB, ARENA, mudanças da ARENA para outros Partidos, o que eu poderia falar –, essas mudanças todas, em outras palavras, significam, se eu fosse resumir, resumidamente, com o perdão da redundância, entre um projeto que prega maior intervenção e um planejamento do Estado na economia, e um projeto que prega uma menor intervenção do Estado na economia e uma maior aliança ao capital estrangeiro que, de certa forma, continua, só que o capital estrangeiro não tanto produtivo, um capital mais financeiro, e de certa forma esses projetos ainda estão em curso e sendo disputados a cada eleição.

Muito obrigado pela atenção de todos, quem quiser assistir ao vídeo da tese está lá no meu *site* – cassiomoreira.com.br –, agradeço, de coração, muito obrigado pela atenção de cada um aqui presente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Muito obrigado, nós que agradecemos, Professor Cássio, pela disponibilidade, pela bela palestra.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

O SR. PEDRO RUAS: Primeiro, quero cumprimentar o Secretário Pompeo de Mattos, é uma alegria revê-lo; e o Professor Cássio Moreira, meu caro Presidente, foi uma ótima escolha, uma grande escolha. Eu faço apenas duas colocações Professor Cássio, para

sua reflexão e, obviamente, se for possível, uma resposta. Primeira: sobre a influência do pensamento keynesiano – de John Maynard Keynes – em todo o período do Governo Vargas de 1930 a 1945; talvez até no período de 1950 também, mas fundamentalmente isso. E segunda, acho que essa permite mais debate: em quatro anos, de 1939 a 1943, o Governo brasileiro cria três institutos que mudaram a história do País: Justiça do Trabalho, salário mínimo, como conceito, e CLT – de 1939 a 1943, em 1945 Getúlio cai. Eu que queria ver a visão do Professor sobre a vinculação entre a criação desses institutos, as reações a essa criação e, dois anos depois, a queda de Getúlio, se não tem uma vinculação direta com a revolta da burguesia rural e urbana. Eram essas as duas questões. Obrigado, Professor, e parabéns pela palestra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Elói Guimarães está com a palavra.

O SR. ELÓI GUIMARÃES: Quero saudar o Professor Cássio Moreira pela brilhante análise que fez do período mais rico da história brasileira. A Era Vargas é o período de excelência da história brasileira, sob qualquer ângulo que se possa examinar. Mesmo que se admita que naquele período, de 1937, os ventos da Segunda Guerra se batiam sobre o mundo e os regimes fortes passaram a fazer intervenções, mesmo naquele período. Temos dito que sairia o golpe com ou sem Vargas, em tendo saído o golpe com ou sem Vargas, nós preferimos Vargas, mesmo naquele regime excepcional, mas, de qualquer forma, naquela época da década de 1940, Getúlio concebe para o País, para a Nação, um projeto social trabalhista com a CLT. Já se tentou diminuí-lo, imagina naquela época a força de Vargas, a independência de Vargas! Cumprimento V. Exa. por este brilhante trabalho que vem cada vez mais firmar esta vocação brasileira que foi construída, inquestionavelmente pela Era Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Professor, ratifico suas palavras no que tange a Carta Testamento. Acho que a Carta Testamento é um documento histórico, exemplar, um documento que realmente fala do futuro e que depois pudemos constatar sua veracidade nos anos que se seguiram. Mas busco no maior estudioso que eu conheço dessa matéria,

me desculpe, Professor, que é meu pai, e no livro dele eu só queria citar um trecho que eu acho fundamental para nós, trabalhistas, todos: a edificação ideológica do trabalhismo deu-se no culto ao idealismo e de seus filhados, exigindo-lhes uma militância intensiva e um verdadeiro sacerdócio partidário. Durante a convenção do Partido Trabalhista Brasileiro, realizada em 11 de novembro de 1946, em Porto Alegre, Getúlio Vargas dá que o objetivo fundamental do trabalhismo deve ser a eliminação crescente da usura social e alcançar uma tal organização da sociedade onde todos possam realizar um trabalho socialmente útil de acordo com as suas tendências e aptidões, devendo a remuneração graduar-se pelo valor social desse trabalho como a garantia de um mínimo dentro dos padrões da nossa civilização para as formas de trabalho menos qualificadas. Neste mundo globalizado temos visto a queda desse dois grandes modelos econômicos, tanto do socialismo quanto do capitalismo, a única resposta social para a comunidade mundial, efetivamente, na nossa opinião, é o trabalhismo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Ver. Dr. Thiago.

O Sr. Pompeo de Mattos, Secretário, hoje representando o Prefeito José Fortunati, está com a palavra.

O SR. POMPEO DE MATTOS: Quero cumprimentar o Ver. Mauro Zacher, e, em seu nome, me permita, cumprimento os demais da Mesa e os colegas Vereadores, me refiro dessa maneira até porque já fui Vereador em outra oportunidade e mato um pouco a saudade pela honra que tenho de poder estar neste Legislativo Municipal, na Capital de todos os gaúchos, representando a S. Exa. o Prefeito Municipal, José Fortunati, que nos deu esta tarefa, esta missão de, neste momento, homenagear o aniversário de Getúlio Vargas que, se vivo tivesse, completaria 130 anos. Eu quero aqui homenagear também, se me permitem, o Professor Cássio Moreira pela manifestação que fez, e, muito rapidamente, dar a minha contribuição até como trabalhista que sou, Deputado, Vereador, enfim, tem uma história. Ver. Pedro Ruas, faço uma referência dos bons tempos do Dr. Brizola, nos dando lições e sempre se referindo ao Getúlio com seu legado e com a sua história. O Getúlio que começou com a sua façanha, aqui no Rio Grande do Sul, unindo maragatos e chimangos, o que era impossível de acreditar, ele conseguiu, exatamente para conquistar o Brasil e governar o Brasil por uma era, demarcando o território de forma

muito firme, com os direitos dos trabalhadores, a CLT, com todo um legado, o direito das mulheres, nossa Petrobras, o sistema Eletrobrás, toda a questão industrial do Brasil moderno nasceu com Getúlio Vargas – a gente tem orgulho disso. Pasqualini sintetizava muito o que significava Getúlio em termos de avanço social, da sua pregação, do trabalhismo, que era exatamente o caminho para socialismo, o trabalhismo empregado, aplicado, era o caminho para o socialismo, para a valorização das oportunidades do ser humano, para que se evitasse a exploração de uma pessoa para com a outra, missões que o Jango aprendeu muito cedo com Getúlio, que assimilou os ensinamentos de Pasqualini, que aplicou, na prática, como governante e que, depois, como uma espécie de síntese de tudo isso, veio Brizola. O Brizola, que nos deixa saudades, que foi, parafraseando o Ver. Dr. Thiago, de mansinho, sem barulho. A gente dizia: “Brizola, te junta com Getúlio, aproveita e te reúne com o Jango, conversa com o Pasqualini e, por favor, nos ensine as lições do catecismo, dê-nos coragem, civismo e não nos deixe sozinho, ilumine nossos caminhos para honrar o trabalhismo”. São lições que a gente recebeu e que a gente transmite, às vezes em prosa, outras vezes em verso, que é o sentimento próprio da alma de quem carrega um legado, e o legado de Vargas é um pouco de cada um. Uns podem se achar herdeiros de maior parte do legado, outros nem tanto, mas cada um tem uma responsabilidade, e todos nós, juntos, temos um único dever: preservar esse legado, principalmente no que diz respeito ao direito dos trabalhadores. Não se mexe em direitos, em conquistas dos trabalhadores; se avança, se aperfeiçoa, enfim, se constrói, se dá amplitude, mas nunca, absolutamente, haveremos de negar aos trabalhadores aquilo que Vargas concedeu lá atrás.

Encerro, agradecendo a oportunidade, em nome do Prefeito José Fortunati, dizendo o que eu escrevi, em poucas linhas, meu Professor: enquanto V. Sa. fazia a locução, com o dom de poeta que Deus me deu, escrevi algumas linhas, dizendo em rima que “Getúlio era desses taura que jamais dobrou a espinha, tal qual um galo de rinha era bom de pua e bom e bico; foi paisano, foi soldado, foi milico e nunca afrouxou garrão, em defesa do povo e da Nação, numa atitude destemida, entregou a própria vida; e com a carta testamento, deu ao povo um instrumento e um legado para a história, imortalizando *in memoriam* os seus feitos e sua obra, dizendo ‘povo que não se dobra, constrói a própria história’.” Isso era o Getúlio. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Secretário Pompeo de Mattos. Pergunto se as escolas gostariam de fazer alguma pergunta, ou por escrito, poderá ser encaminhada para que depois o Professor possa responder. O microfone está aberto à participação de vocês, que são muito bem-vindos aqui. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Primeiro, gostaria de cumprimentar o Professor Cássio Moreira, que inclusive foi meu professor na FAPA, na pós-graduação em história, e cumprimentar os estudantes dos colégios Parobé, La Salle, e IFRS, que estão presentes – já havia cumprimentado os colegas do Ernesto Dornelles. Na verdade, Professor, são duas perguntas e uma colocação. A primeira: o senhor falou bastante sobre a questão da importância da mobilização dos trabalhadores para a conquista da CLT; acho que este tema é muito importante. O senhor falou rapidamente, a CLT é de 1943, e desde o início do século, de 1901, o Brasil viveu uma onda muito importante de movimento de trabalhadores, reivindicando as oito horas, a redução da jornada de trabalho, a questão dos direitos a férias, e inclusive neste bojo nasceu uma bela luta das mulheres pelo direito ao voto, e foi justamente casado com a luta do movimento sindical por direitos, e acho que isso é fundamental também, quando a gente estuda a história do Brasil, essa análise desse período de 30 anos de amplas mobilizações. Segundo, quero fazer uma colocação em relação aos projetos, porque concordo plenamente que desenvolvimento é bastante distinto de crescimento econômico, e eu acho que hoje o Brasil que se vangloria de caminhar para a sexta economia do mundo tem um dos países de maior desigualdade do mundo e da América Latina. Nós conseguimos, ao mesmo tempo em que temos cinco mil famílias que controlam quase 50% de toda a riqueza produzida na Nação, ter um País, em muitos Estados, que sequer pagam o piso ao Magistério; nós conseguimos ter, aqui no Rio Grande do Sul, o menor salário pago aos policiais militares; nós conseguimos ter um fosso entre a juventude e o acesso à universidade. Então, eu acho que apesar do legado, e muito do projeto petista tentar dizer que é sequência do Vargas, nós vemos a continuidade de algumas práticas do Governo Fernando Henrique Cardoso: a privatização dos aeroportos, a política de superávit primário que, digo aos estudantes, é uma forma de economizar recursos públicos de todos nós para pagar aos banqueiros e aos credores de uma dívida pública que nunca foi

auditada, cortou-se dinheiro da Saúde, da Educação, e enquanto isso temos 43 universidades federais e IFRS em greve dos trabalhadores. Terceiro, queria lhe perguntar essa questão da continuidade. O senhor citou, por exemplo, Sarney – que era ARENA, o partido que defendia ferozmente a ditadura militar, e hoje tem a expressão no Partido Progressista e no DEM –, era da ARENA, apoiou depois a democratização com o MDB e depois seguiu nos bancos do Poder até os dias de hoje, em todos os governos apoiou. Então, tem elementos de continuidade do pensamento da elite em vários Partidos políticos, e acho que uma das expressões do Brasil é o Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra.

O SR. DR. GOULART: Meu querido Presidente, Ver. Mauro Zacher; nosso historiador, Sr. Cássio, é com muita satisfação que aprendi mais um pouco com suas palavras, e certamente vou copiar sua tese no site que o senhor deixou. Quero dizer que meu Partido se sente muito responsável por ter tido em seus quadros esses homens que fizeram a história do Brasil de forma tão diferenciada, principalmente voltada para os mais pobres e mais necessitados, para os verdadeiros trabalhadores de oito ou mais horas na vida, porque, certamente, Getúlio Vargas fez tudo para o trabalhismo e para os trabalhadores, e João Goulart não foi diferente, mesmo porque aumentou o salário mínimo, que lhe custou a demissão do Ministério do Trabalho em cem por cento e que teve que ser registrado por Getúlio Vargas, embora o tenha demitido. Getúlio Vargas inspirou tanto Jango que, quando ele caiu, no dia do golpe militar, levado pelo exército, pelas elites brasileiras e pela igreja, quando ele caiu, tinha 63% de aprovação. Vou repetir: João Goulart, quando caiu, o último presidente trabalhista do Brasil, tinha 63% de aprovação do povo brasileiro. Então, o Partido Trabalhista fica honrado com a sua presença e sua palestra, e eu e o Ver. Elói, que somos da época do antigo Partido Trabalhista de Vargas e de João Goulart, ficamos encantados e agradecemos o que aprendemos com o senhor hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Ver. Dr. Goulart. Passo a palavra ao nosso convidado, para suas considerações finais. Evidentemente que não haverá tempo

para responder todas as perguntas e colocações tão bem-feitas pelos Vereadores, mas o Professor Cássio o fará resumidamente para nós. Muito obrigado.

O SR. CÁSSIO SILVA MOREIRA: Bem, só a resposta às perguntas daria uma outra palestra, mas a gente vai tentar sintetizar ao máximo, sendo bem pontual, então, me perdoem se eu não puder aprofundar cada uma das questões levantadas, em virtude do tempo. Vamos começar pela pergunta do Pedro. Com certeza, o Governo Vargas vai ser influenciado pelo pensamento keynesiano, e não só o Governo Vargas; ou seja, depois da quebra da Bolsa de Nova Iorque, surgiu uma piadinha que todos somos keynesianos. Ou seja, até a década de 1960, de 1970, a doutrina keynesiana, de certa forma, dominava o pensamento econômico. Mas cabe uma observação aqui: o Vargas, a partir de 1930, vai começar a política de valorização do café – vai continuar, só que antes de 1930, o financiamento se dava por meio do endividamento externo –, Getúlio Vargas assume e vai continuar essa política de valorização do café, mas agora com a questão de emissão de moeda, etc. Então, ele vai começar a adotar uma política de compra de sacas, de queima de sacas de café – que eram políticas keynesianas, anticíclicas, antes da obra geral do Keynes, em 1936. Então, assim como o Governo de Getúlio Vargas no Brasil, e um outro grande estadista, que foi o Presidente Roosevelt, dos Estados Unidos, esses dois governos vão adotar – o Roosevelt na política do New Deal, e Getúlio, na questão da política de valorização do café, e, aos poucos fomentando a industrialização do País, ambos vão adotar políticas keynesianas antes da obra de Keynes. Com certeza, há influência do pensamento de Keynes, mas também há ações parecidas com Keynes, antes da obra geral dele.

Em relação a 1939-1943, a questão do Estado Novo, a criação do Ministério do Comércio, Trabalho e Indústria, da questão do salário mínimo e da CLT, com certeza são marcos extremamente importantes. Notem que, com Vargas, a legislação trabalhista é voltada para o trabalhador da cidade; o Jango vai estender para o trabalhador do campo. E talvez esse vá ser um dos tantos motivos que acabam fazendo com que haja pressão e ele seja derrubado. Com certeza, esses marcos vão influenciar muito, sim; e, diga-se de passagem, aí já com relação à outra pergunta, com relação ao Jango e ao Ministério do Trabalho, quando o Jango se torna Ministro do Trabalho de Vargas, lá em 1953, muitas vezes ele é acusado por parte da classe empresarial de ser um ministro dos

trabalhadores, porque ele revoluciona a forma de atender as pessoas; ou seja, qualquer trabalhador poderia, de repente, marcar hora e falar com o ministro – uma coisa extremamente difícil: alguém chegar e falar com o Ministro do Trabalho, etc.

Então, a meu ver, até cabe um resgate do personagem do Presidente João Goulart, muitas vezes acusado de indeciso, fraco, etc. A meu ver, talvez esse seja um dos personagens mais injustiçados da nossa história.

E quanto à pergunta do Ver Elói, em relação a golpe com Vargas ou sem Vargas – não é? –, na questão da siderúrgica, com certeza, a Siderúrgica Nacional vai ser um momento extremamente importante para o processo de industrialização do País e, de certa forma, graças à habilidade política do Vargas, ele vai conseguir esse financiamento.

A Carta Testamento, a meu ver, sintetiza muito do que se deveu ao golpe, à tentativa de golpe, ao suicídio do Vargas em 1954, ou seja, a gente tem que perceber que há uma ligação entre o golpe que depôs o presidente João Goulart em 1964 e o suicídio de Vargas em 1954, porque há uma tentativa de retomar o projeto Vargas pelo João Goulart.

Em relação à questão da usura, com certeza, hoje a gente tem um ataque, de certa forma, uma tentativa de reduzir a taxa de juros, o *spread* bancário no País, de certa forma isso vai ao encontro do pensamento de Alberto Pasqualini, na questão da usura. Então, isso tem a ver. Diga-se de passagem, o projeto trabalhista, o Governo atual é um Governo trabalhista, vai além dos Partidos, ou seja, é um Projeto que não é ligado a um Partido ou outro. O Ministro Bandeira traz bem quando diz que o trabalhismo no Brasil é como se fosse uma social-democracia, como foi a social-democracia europeia. Esse projeto é feito com ações, não só com palavras, com ações concretas e, de certa forma, há algumas que estão em andamento.

Em relação ao perguntado pela Ver.^a Fernanda, sobre a mobilização dos trabalhadores. É verdade, sim, havia uma mobilização já, só que, se tu perceberes o discurso do Vargas, quando ele era candidato, ele já defendia a questão da industrialização, para tanto precisa de um mercado de trabalho. Havia indícios no discurso do Vargas encaminhando isso. Claro que com qualquer mobilização, é mais fácil de alguma coisa acontecer.

Crescimento e desenvolvimento: se formos perceber, em muitos períodos da história econômica, temos períodos de crescimento econômico, no período Vargas, no plano de metas, no período, inclusive do milagre econômico, só que, de uns tempos para cá, a gente começa a ter um crescimento econômico com distribuição de renda. Nos dados de

concentração de renda a gente percebe que há um processo de distribuição de renda, lenta até, porque a concentração de renda no País é muito alta. Dados do IBGE de 2000, para tu estares entre os 10% com renda individual mais alta, ganhando aproximadamente dois mil e poucos reais, tu estavas entre os 10% mais ricos, isso em 2000. Notem que temos uma brutal concentração de renda que, aos poucos, vem diminuindo. Isso um pouco se deve à estabilidade monetária, mas também principalmente às políticas de transferência de renda.

A questão do Sarney, que a Ver.^a Fernanda comentou, o Governo muitas vezes precisa, de certa forma, de um presidencialismo de coalizão, ou seja, ele precisa para votações no Congresso. Por isso que, muitas vezes, há necessidade de entendimento, porque o Presidente não governa sozinho, isso qualquer um sabe.

Para finalizar, a questão da demissão do Jango do Ministério do Trabalho e a questão do PTB antigo: o próprio Jango – pelo menos a historiografia nos traz isso – falou para o Getúlio: “Olha, me demita!” Então, o Getúlio acaba demitindo o Jango, mas, dali a um tempo, dá o aumento de 100% que o estudo do Jango propunha.

Desculpe, passei um pouquinho do tempo, mas procurei responder todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Quando a gente fala de Getúlio, não se percebe que o tempo está passando.

O SR. CÁSSIO SILVA MOREIRA: No *site* tem meu *e-mail*, qualquer outro questionamento que alguém queira fazer, eu estou à disposição sempre. Mais uma vez muito obrigado à Câmara, à toda a equipe, aos presentes, aos Vereadores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado pela peça, pela bela tarde, falar do Getúlio é uma coisa incansável, onde vamos descobrir o grande momento da história da Era Vargas.

Eu queria agradecer mais uma vez às Escolas La Salle, Parobé, Ernesto Dornelles, Instituto Federal do Rio Grande do Sul pelas presenças, são muito bem-vindos; também saudar a equipe liderada pela Nara, a Escola do Legislativo, o Memorial, as Relações Públicas, enfim, todos que nos ajudaram a fazer essa grande homenagem aos 130 anos

do Getúlio, cuja vida iniciou-se no dia de seu nascimento, dia 19 de abril, e findou-se em 24 de agosto. Muito obrigado.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações, e, depois, prossegue seu pronunciamento em Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, muito obrigado. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu peço desculpas aos nossos visitantes homenageados pelo tempo que se excedeu, foi além do que planejávamos, mas acho uma feliz coincidência nós podermos lincar a história do trabalhismo brasileiro, que é a própria história do sindicalismo brasileiro, com esta homenagem que nós, neste momento, vamos fazer, à nossa Associação Gaúcha dos Auditores da Receita Federal do Brasil – Agafisp, que comemora os seus 50 anos, em uma solenidade, uma festa que está programada para o próximo sábado.

Sr. Presidente, Srs. Líderes, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Lideranças Sindicais, é importante também que a TVCâmara reverbere e repercuta – esta é, de fato, a intenção de nós usarmos esta tribuna e este microfone para dar essa dimensão, essa multiplicação para essa data que é extremamente importante.

A Associação Gaúcha dos Auditores da Receita Federal do Brasil – Agafisp, comemora, neste sábado, 26 de maio, seu cinquentenário. A data será marcada por uma grande confraternização, reunindo associados, familiares, autoridades, amigos e entidades parceiras, na Sogipa.

Criada em 26 de maio de 1962, inicialmente reunindo auditores da Previdência Social, a Agafisp atualmente engloba auditores fiscais da Previdência e da Receita Federal do Brasil, com a unificação das categorias que ocorreu no segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A sua história: no início da década de 1960, fiscais da Previdência, imbuídos do mais elevado espírito classista, decidiram criar um associativo que os representasse na

ascensão do nível 16 para os níveis 17 e 18. Foi então lançada a semente que germinaria e frutificaria na Associação Gaúcha de Fiscais da Previdência – Agafisp.

Na noite de 26 de maio de 1962, reuniram-se, no Salão Nobre do IAPI, fiscais da Previdência dos diversos Institutos então existentes, movidos pela necessidade de a classe se congregar em defesa de justas reivindicações e dar maior intercâmbio de ideias e conagração a uma categoria até então dividida e sem garantias.

Constituída a Mesa Diretora, integrada por um representante de cada um dos vários Institutos, houve diversas manifestações. Entre elas, a de Francisco José Carvalho de Souza, que disse ter estado em contato pessoal com os líderes do movimento para a obtenção dos níveis pretendidos. Falou do esforço dos colegas dos estados da Guanabara, São Paulo e Minas Gerais vinham empreendendo para que o Decreto nº 51.450 fosse imediatamente cumprido, o que não estava ocorrendo por ordem expressa da Casa Civil da Presidência da República. Havia, também, uma campanha desenvolvida para a extensão dos benefícios deste Decreto aos fiscais da Previdência de todos os Institutos, através de um órgão que contemplaria todos. Após ouvir o relato de diversos manifestantes, o Professor Antônio de Pádua Ferreira da Silva propôs a criação da Agafisp. A proposição foi aprovada por unanimidade, e a Mesa Diretora convocou nova assembleia para o dia 2 de julho, no mesmo local, para dar seguimento à constituição legal da nova entidade, que haveria de congregar e defender os direitos de todos os fiscais da Previdência do Rio Grande do Sul.

A caminhada para o fortalecimento da classe iniciou com passos firmes e serenos na conquista de muitas vitórias e também de experiências adquiridas nas derrotas. A gratidão de todas as gerações que se seguiram aos fundadores reflete-se em ideias e atitudes que transcendem as palavras. Homenageado de honra na festa do Jubileu de Prata da Agafisp, Antônio de Pádua Ferreira da Silva disse que a ideia surgiu como consequência necessária de uma realidade da Previdência Social no Rio Grande do Sul.

Até a metade do século passado, [história que se confunde com a própria história, que há pouco nos foi relatada,] o fiscal era o próprio ‘instituto ambulante’, disse Pádua, ‘que saía pelo Interior do Estado em busca de contribuintes e levava também as normas da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT’. Enfrentava doenças e acidentes e não tinha nenhuma garantia. Dos 400 fiscais de então, apenas 40 ou 50 pertencentes ao IAPI, único que possuía quadro funcional, eram estáveis e desfrutavam de benefícios estabelecidos

em lei. Os demais se dividiam em funcionários contratados pela CLT, trabalhadores de outras carreiras profissionais e aqueles cuja remuneração era paga por recibo no final do mês, com salários muito diferenciados uns dos outros. Como Presidente da Associação de Previdenciários do Rio Grande do Sul, Apresul, âncora que reunia profissionais de várias carreiras, Pádua disse que costumava ouvir inúmeras queixas sobre os problemas trabalhistas então existentes.

O episódio de classificação de cargos serviu para mobilizar toda a classe e reuni-la em um organismo atuante que tratasse da melhoria das condições de trabalho e das garantias funcionais dos fiscais da Previdência. Pádua foi o primeiro vice-presidente da Agafisp e, como consequência das lutas empreendidas, foi preso e exilado no golpe militar de 1964 e só voltou ao País, Ver. Adeli Sell, 17 anos depois. Ao retornar, encontrou a Associação, fundada por ele e seus companheiros, aqui representada pelas gerações futuras, forte e pujante, congregando todos numa carreira única. Ela é o resultado do trabalho de todos e de cada um, na missão de fiscalizar a Previdência Social, mola mestra para que os benefícios cheguem até as classes mais humildes da população do nosso País, Ver. Aírto Ferronato.

Mas uma Associação não se compõe somente do trabalho de sua Diretoria e Conselho, mas da força resultante do somatório do esforço de todos. A Agafisp, ao longo dos seus 50 anos de existência, vem lutando permanentemente para canalizar, Sr. Presidente, dois aspectos primordiais: o associativismo na sincronização do trabalho das entidades regionais e nacional, e o trabalho de cada um no aperfeiçoamento dos conhecimentos técnicos. Isso reflete a força da União nas lutas e na dedicação ao trabalho, o que torna a Agafisp uma associação sólida, respeitável e combativa, meu Líder, Ver. João Dib, a quem, desde já, agradeço a cedência do Tempo de Liderança de Governo.

Ao comemorar, Ver. Toni Proença, 50 anos de existência, Ver. Tarciso, a Agafisp caracteriza-se como uma entidade participante e ativa no desenvolvimento e na defesa da Previdência Pública brasileira, Ver. Alceu Brasinha, Ver. Dr. Goulart. A Agafisp presta atendimento constante de apoio humano, social, cultural e de lazer aos seus associados tanto da ativa como aposentados e pensionistas. Seus Diretores atuam diariamente no atendimento dos pleitos de todos. A Associação também está permanentemente preocupada com a evolução profissional dos auditores fiscais, atualizando-os com cursos técnicos, ao mesmo tempo em que realiza reuniões de trabalho para tratar de assuntos

profissionais da categoria, como é a sua missão, o seu propósito. A Agafisp tem sede própria no Centro da nossa Capital, aqui em Porto Alegre, e diversas regionais espalhadas pelo Interior do Rio Grande do Sul.

A sua Diretoria é composta pelo seu Presidente, Marville Taffarel, que muito nos honra com a sua presença hoje, aqui, em nosso Plenário, e por toda a sua Diretoria: Diretora Administrativa, Tânia Maria Faria Garcia; Diretora Financeira, Maria de Lourdes de Castilhos; Diretor Financeiro Adjunto, José Amilton Vieira Freire; Diretora de Política de Classe, Maria do Carmo Costa Pimentel; Diretoria Cultural, Social e Esportiva, Dulce Wilennbring de Lima; Diretora de Serviços Assistenciais, Vera Lúcia Giacomelli Salvatti; Diretor de Aposentados e Pensionistas, Felício dos Passos Brum; pela Diretora Jurídica Judith Izabel Izé Vaz, pelos seus Conselhos Fiscal e Deliberativo, enfim, e na representação de cada um dos seus associados nesta luta que, há pouco, relatamos, Ver. Toni e Ver. Tessaro, aqui nesta tribuna.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, meu Líder, quero prestar homenagem a esta entidade, ao seu aniversário, à sua história que foi relatada, de lutas, e desejar vida longa, porque ela tem contribuído, como foi dito e relatado, para o próprio desenvolvimento do nosso País na consolidação das conquistas não só daqueles que ela visa a representar: os seus servidores da Previdência, da Receita, enfim, mas visa, também, em última análise, à garantia dos direitos essenciais de todos os trabalhadores do nosso País, Ver. Tarciso, a partir daquilo que foi relatado aqui, da consolidação das leis trabalhistas, de todo o ideário de proteção ao trabalhador que foi construído no nosso País e que tem como guardiões, em última análise, esses próprios servidores que aqui estão, que contribuíram com as suas vidas para a consolidação, para o sucesso e para o crescimento do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, eu agradeço muito, eu me desculpo, mais uma vez, com as nossas lideranças sindicais, pelo tempo, mas eu tenho certeza de que também para eles foi bom terem vindo à nossa Casa e terem participado junto conosco desta lição de civismo que se estabelece nas nossas Casas Legislativas, nessa participação plural de todas as representações políticas que aqui têm assento, nesta aula de história a que todos nós assistimos e que, de certa forma, como eu disse anteriormente, representa, em última análise, a própria história desta entidade que estamos homenageando.

Eu quero, Sr. Presidente, agradecendo, desde já, desejar vida longa à Agafisp e que, queira Deus nos permita – é difícil, mas por que não fazermos este pedido? – que nós possamos estar aqui nos próximos 50 anos desta entidade tão importante. Parabéns, uma boa festa no sábado, vida longa à entidade! Muito obrigado, Presidente, muito obrigado, Srs. Vereadores. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Comunicações e, logo após, prossegue seu pronunciamento em Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, nossos telespectadores e ouvintes das nossas Sessões na Câmara de Vereadores, quero registrar, inicialmente, os meus cumprimentos ao Ver. Valter Nagelstein, que propôs esta homenagem à Agafisp, aos 50 anos da nossa Associação! Quero fazer a minha saudação especial à nossa Diretoria da Associação, em nome do amigo Marville Taffarel, e também registrar aqui em nome da nossa Diretoria da Agafisp, imediatamente anterior, da nossa querida Dulce, e registrar a importância que é a presença de colegas no comando das nossas Associações e entidades. Lá em 1975, e lá se vão, meu caro Valter, nada mais, nada menos que 37 anos, eu tive a oportunidade de assumir, pela primeira vez, uma função pública no Ministério da Fazenda. Trinta e sete anos! Desde lá, e a partir de lá principalmente, tive a grata oportunidade de acompanhar de perto as nossas Associações e entidades que giram em torno da fiscalização. Quero dizer que, se lá estava eu no Ministério da Fazenda, hoje os nossos Auditores Fiscais da Previdência estão também aqui conosco no Ministério. Eu quero dizer que como fiscal que sou, hoje aposentado, nós sempre tivemos, e nos orgulhamos de dizer, meu caro Valter, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, que a atribuição do fiscal – que não é uma atribuição fácil, é bastante complicada e difícil – traz consigo, no resultado da atribuição, a busca da justiça social e da própria distribuição de renda – a tributação. E a Previdência é um tributo. Quando nós falamos hoje da Agafisp, nós precisamos falar da instituição – e o amigo Valter falou com muita propriedade –, e precisamos também lincar isso com a Direção, a história das Direções, e com o próprio servidor, que é o ente maior da instituição, no caso, o nosso fiscal, auditor fiscal, lá, especificamente, na Previdência, 50

anos! Eu disse que nós nos orgulhamos, enquanto fiscais, de dizer que a ação da fiscalização está correta. Ela é uma ação que busca trazer para dentro da máquina pública todo recurso necessário e indispensável para que a máquina pública funcione. Se ela funciona e, com recursos, ela presta bons trabalhos à sociedade, é isso que se diz quando se fala na tributação, no fiscal, no imposto. E aqui, hoje, nós estamos falando numa tributação muito interessante que é a Previdência, a contribuição previdenciária. Então, nesse aspecto, nós precisamos registrar a importância grandiosa e singular dos colegas da fiscalização da Previdência. O jovem não é tão previdente, não se preocupa muito com o porvir, mas, quando se começa a compreender a importância da contribuição previdenciária para o futuro, para a garantia de milhões e milhões de brasileiros que têm, na Previdência, a sua forma até de vida... É por isso que hoje esta homenagem é uma homenagem singela, mas de uma importância toda essencial e especial. Nós estamos homenageando aqui, meu caro Valter, a entidade construída por homens e mulheres que congrega, junto com seus associados, aquelas pessoas que diuturnamente se preocupam em buscar o recurso devido, com justiça, para dentro do setor público de previdência, e, com isso, assegurar ao trabalhador de hoje e também dos tempos futuros, aos seus familiares aquela garantia mínima de dignidade humana. Daí porque, nos seus 50 anos de vida – e vamos esperar mais 50, talvez estejamos aqui ainda –, vamos entender que, há 50 anos, pessoas, servidores, fiscais, auditores fiscais atuam na Previdência ou na Receita Federal do Brasil, homens e mulheres pensam na sua função de auditor, muito essencialmente na condução de uma entidade que se preocupa com os servidores da Previdência – no caso, a fiscalização – e da Receita Federal do Brasil. Com isso, nós estamos aqui registrando 50 anos de existência da nossa Agafisp, e o momento é extraordinariamente adequado porque estamos convivendo hoje com profundas reflexões sobre a Previdência, com relação à Previdência, o que, certamente, no aspecto de execução, é capitaneado com muita competência e sabedoria pelos nossos colegas da Receita Federal do Brasil, especialmente pelos colegas que trabalham na Previdência, porque conheço não vou dizer a esmagadora maioria, mas a grande maioria deles. Quero aproveitar esta oportunidade para trazer um abraço às Direções, a vocês que estão aí, um abraço especial aos nossos colegas e um abraço carinhoso e fraterno à nossa Agafisp. Obrigado e um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Haroldo de Souza assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder e, logo após, prossegue seu pronunciamento em Comunicações.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, meu cumprimento especial ao Sr. Arlindo Müller e a seus companheiros e colegas de trabalho, nossos cumprimentos em nome da Bancada do PSD; quero agradecer aos meus companheiros de Partido, nosso Líder, Ver. Tarciso Flecha Negra; o Presidente Metropolitano do PSD, Ver. Nelcir Tessaro; senhoras e senhores presentes e os que nos assistem pelo Canal 16 da NET. Venho a esta tribuna para dizer que ontem nós aprovamos, aqui nesta Casa, Projeto de minha autoria que pretende ver um Acampamento Farroupilha extraordinário durante a Copa do Mundo de 2014. Esperamos que o Prefeito Fortunati se sensibilize e sancione esse Projeto. Os senhores sabem que eu tenho projetos e ações em várias áreas, especialmente na área tributária, mas tenho procurado lutar também em defesa da cultura regional gaúcha, porque acho que há um equívoco; os governos não têm dado, a meu ver, a devida observância, a devida atenção a esses segmentos que merecem destaque em nome da divulgação dos usos e costumes do nosso povo, do turismo, enfim.

Mas vou direto ao assunto. Dizem que, quando nós ficamos chateados com alguma coisa, temos que fazer um esforço para não perder a razão. As Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores desta Casa merecem todo o meu respeito, e quero procurar destacar, a todo instante... Vou subir a esta tribuna, nos próximos dias, para defender o Veto do Prefeito José Fortunati ao nosso Projeto...

(Aparte antirregimental do Ver. João Antonio Dib.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Defender no sentido de derrubar o Veto, V. Exa. me corrige, Ver. João Antonio Dib. Veja que, quando ficamos chateados, temos dificuldade de coordenar até o nosso discurso; Vossa Excelência, sensibilizado, me ajuda.

Obrigado. O Prefeito vetou o Projeto de nossa autoria, que busca criar o Parque Temático da Cultura e Folclore Gaúcho. Na verdade, a proposta do Projeto é a estruturação do Parque Temático da Cultura e Folclore Gaúcho. Esta é a terceira vez que nós estamos tentando. Por que a palavra estrutura? Porque, na verdade, depois de muita luta, de muita peleia, de muita procura, nós encontramos, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Lei nº 8.799, de 2001, que denominou o Pavilhão Almir Azeredo Ramos de Parque Temático da Cultura e Folclore Gaúcho. A Casa do Gaúcho, tecnicamente, está gravada como Parque Temático da Cultura. Na verdade, é aquele que eu sempre digo que não é um ginásio, não é um galpão, não é um CTG: é um pavilhão. O Prefeito vetou o nosso Projeto! O que é que este Projeto traz no seu bojo? A possibilidade de estruturar o Parque Temático da Cultura e Folclore através de concurso público e de Parceria Público-Privada; concurso público e Parceria Público-Privada, tirando do Executivo a necessidade de investimento. Nós estamos falando em grandes obras para a Copa do Mundo e não podemos, evidentemente, deixar chegar aqui a Copa do Mundo sem o Parque Temático da Cultura e Folclore.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte?

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: V. Exa. pode pedir um aparte porque, neste momento, passo a falar em período de Comunicações; já venci os cinco minutos de Liderança. Concedo-lhe um aparte com o maior prazer.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: Estou muito atento à sua fala. A gente fala em Copa do Mundo no nosso Estado, principalmente na nossa Capital, e o gaúcho faz parte da nossa cultura e da nossa história, a história verdadeira do gaúcho. Tenho certeza, Ver. Bernardino que o Prefeito vai rever a sua decisão, porque é muito importante para a Cidade, e não só para a Copa do Mundo.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Ver. Tarciso, não é um Projeto complexo. Vou ler rapidamente o Projeto. (Lê.): “Institui, no âmbito do Município de Porto Alegre, concurso para a elaboração de projeto de estruturação do Parque Temático da Cultura e Folclore Gaúcho e dá outras providências. Art. 1º – Fica instituído, no âmbito do Município

de Porto Alegre, concurso para elaboração de projeto de estruturação do Parque Temático da Cultura e Folclore Gaúcho, localizado no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho. Art. 2º – A elaboração do projeto de estruturação do Parque Temático da Cultura e Folclore Gaúcho observará, dentre outros objetivos a que se destina esse Parque: I – a preservação e a divulgação da cultura e das tradições do povo gaúcho; II – a manutenção da originalidade dos usos e dos costumes de todas as etnias que povoaram o Estado do Rio Grande do Sul”. Veja V. Exa. Ver. Tarciso Flecha Negra: “a manutenção da originalidade dos usos e dos costumes de todas as etnias que povoaram o Estado do Rio Grande do Sul”. Aqui nós contemplaremos o negro, o japonês, o alemão, o italiano, porque precisamos repetir aqui, sempre, que o uso e os costumes da fronteira são diferentes dos costumes das Missões, do Litoral, do Planalto, da Serra.

Bem, com Parceria Público-Privada, concurso público, para não ter problema nenhum de ingerência de outras correntes. Infelizmente, o Prefeito veta!

Não vai ser agora que eu vou me encolher, vou recuar! Lutarei com os instrumentos que tenho, que é tentar convencer os meus Pares Vereadores da necessidade de derrubarmos o Veto. Enquanto isso, faço um apelo ao Sr. Prefeito para que avalie a sua decisão.

É impossível aceitarmos a ideia de que estamos na Capital internacional do gaúcho, e não se tenha nada a apresentar. Não é tanto pelos visitantes, mas para todos nós, brasileiros, gaúchos. Temos gaúchos no mundo inteiro. Tenho dito que vivemos na Capital internacional do gaúcho. Quem viaja, quem tem ligação maior com CTGs sabe que os outros Estados estão com equipamentos bem melhores que os nossos. E o Prefeito José Fortunati veta! Não está escrito em lugar nenhum que o Prefeito tem que dar explicação para Vereador, mas, na política, nós vivemos uma via de duas mãos, Ver. João Antonio Dib, é vaivém. Eu acho que foi um equívoco. Se o meu Projeto não está de acordo, certo, corrige-se, mas vetar totalmente é equivocado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Meus colegas, senhoras e senhores, a missão de um Vereador é, antes de tudo, fiscalizar, é levantar os problemas da Cidade e apontar soluções.

A Cidade está parando, porque as calçadas estão tão malconservadas, ou não existem, que as pessoas caminham na pista de rolamentos – e, hoje, quase um acidente ocorreu em plena Mostardeiro, rua nobre da cidade de Porto Alegre, nome esse de umas das figuras notáveis no Moinhos de Vento.

Andando pelo Centro da Cidade, observo senhoras idosas e senhores idosos, porque no Centro Histórico, a composição etária é de pessoas geralmente acima de cinquenta anos. Eu já vi pessoas se estatelando em plena Duque de Caxias, na frente do Colégio Sévigné. Aquela calçada está recuperada, mas, hoje ainda, pude constatar que, em pleno Viaduto Otávio Rocha, Ver. Tarciso, que deve ser mantido pela municipalidade, nós temos a calçada da Duque de Caxias, em cima do Viaduto Histórico Otávio Rocha, uma das mais monumentais obras de arte de Porto Alegre, totalmente, detonada. Mas se eu moro no edifício ao lado ou se eu sou o dono do Everest, eu sou multado pela Prefeitura, porque a minha calçada está quebrada. Por que a Prefeitura não se multa a si própria?

São perguntas que não querem calar, de quem conhece a Cidade.

Eu vou à Praça da Alfândega e sei que, por dois anos e meio, ela ficou fechada, cercada, sem acesso das pessoas. O que vejo aí? Miséria, que já existia antes, pessoas jogadas, pessoas abandonadas, moradores de rua, drogaditos. O que mudou, o que embelezou? Muito pouco, estou para ver!

Ao lado do Museu de Artes do Rio Grande do Sul – MARGS; ao lado do Memorial do Rio Grande do Sul, há um vasto espaço recuperado, bonito, feito com dinheiro público, e quando as pessoas querem ir ao Santander, ao Memorial, ao MARGS, não podem estacionar os seus carros ali. Por que razão o Epahc proíbe a própria EPTC, ou seja, a Prefeitura proíbe a Prefeitura? O Vanderlei Cappellari quer, mas o Epahc não deixa estacionar ali. Quero perguntar o seguinte: aquelas pedras, bem colocadas, vão ser detonadas com automóveis? É claro que nada se faz, por exemplo, não se discute, porque os bancos mandam neste País, e um carro-forte pode chegar ali, Ver. Haroldo de Souza, pode detonar tudo, mas o carro de um senhor idoso, que vai para o lançamento de um livro, vai ver uma obra de arte no MARGS, não pode estacionar. Essas são as perguntas que não podem calar, e eu, como cidadão de Porto Alegre e Vereador desta Cidade, tenho que, obrigatoriamente, fazê-las.

Quando eu fui, hoje pela manhã, no Passo das Pedras, vi que o arroio Passo das Pedras virou um valão. Há cinco ou seis anos, eu fiz um grande movimento, o DEP fez uma barragem, até fez errado, depois teve que destruir parte que fez, porque acabava tendo mais problemas com alagamentos, ali, ao lado da Praça Correio do Povo, no Passo das Pedras. Cheguei lá hoje e vi que aquilo que foi limpo, organizado por uma ação deste Vereador, hoje está um caos, e as fotos que tenho vou colocar à disposição de todos. Eu já entrei em contato com o DEP, ao qual faço um apelo público no sentido de que vá ao arroio Passo das Pedras que hoje virou, na verdade, um valão.

Então, são questões que eu preciso levantar aqui e para as quais eu quero, sem dúvida nenhuma, resposta da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Outra coisa que eu quero saber é quando haverá uma nova licitação para arrumar a Praça da Matriz, ou seja, a Praça Marechal Deodoro? Porque ela está esburacada, está abandonada, ela cheira mal, ela está completamente suja. Eu peço cinco minutos de Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Adeli Sell continua o seu pronunciamento, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Continuando, então – Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza –, nos cinco minutos de Liderança do Partido dos Trabalhadores, eu continuo nesse *pot-pourri* de demandas, Ver. Goulart, da Cidade de Porto Alegre. Eu quero saber quando os moradores da Glória vão ter resolvido o seu problema de ônibus. Os ônibus, em Porto Alegre, andam no atraso, andam cheios, quando não sujos. O 274 da Glória, a grande demanda da região – quando será resolvido o problema do 274? E mais, quando teremos mais ônibus na linha T11? A nossa proposta foi que o T11 fosse até o Belém Novo. Chegou até o Retiro da Ponta Grossa, com um ônibus a mais na linha. Quando as pessoas, no final da tarde, que trabalham naquela região, em Ipanema, na Ponta Grossa, no Campo Novo, pegam esse ônibus, sentido Sul-Norte, ele está sempre lotado, quando não sai atrasado; sai atrasado, logo, começa a estar mais lotado. Imaginem quando ele chega na metade do trajeto, para chegar lá na parte Norte da Cidade, mais precisamente na altura do Aeroporto! O T11 precisa chegar a Belém com mais sete carros, pelos nossos cálculos. Aí, nós teremos uma Carris respeitada, como foi no passado; não como

é hoje, questionada. O problema não é só o caso do T11; porque o T3 vive atrasado e vive lotado também. Mas isso não só acontece com os ônibus da Carris. Quem mora na Zona Sul, especificamente na Estrada Afonso Lourenço Mariante, na região do Belém Velho, o transbordo do Belém Velho vive uma tragédia, mas quem mora no Lami, há poucos ônibus que saem na madrugada, porque, depois, não tem mais jeito. Imaginem quem mora na entrada da Restinga até a Av. Juca Batista? Quem mora naquelas edificações novas, vários e vários e vários novos espaços de moradia, recentemente inaugurados, Ver. Goulart, por V. Exa., não tem ônibus. E tem mais uma pergunta que eu quero fazer: as pessoas que moram no início da Restinga, moram na Rua Capitão Pedroso, onde há dois novos equipamentos, dois novos pequenos condomínios, eles não podem se consultar – Ver. Garcia – no Posto, na Unidade Básica da Saúde da Chácara do Banco; têm que ir na Restinga Velha. Essa é uma pergunta a que eu não recebi resposta ainda do Poder Público Municipal, mas eu gostaria de tê-la. Eu pergunto o seguinte: por que nós não temos um prontuário na Internet, já que foi tão badalado que a Secretaria de Saúde do Município teria comprado um *software* para tratar dessa questão dos agendamentos? Se uma pessoa fica doente no Centro da Cidade, por que não pode ir ao Santa Marta? Tem que voltar até a Restinga para ir ao posto da Restinga?

(Aparte antirregimental do Ver. Dr. Goulart.)

O SR. ADELI SELL: Eu estou certo, Ver. Dr. Goulart. Alguma coisa está errada, porque no mundo moderno, de 2012, com a Internet, todos os prontuários das pessoas em Porto Alegre deveriam estar na Internet. Se eu fico com uma dor de barriga, quando vou fazer o meu trabalho, numa banda da Cidade, e eu moro na outra banda da Cidade, estou no Norte e fico doente no Sul, eu devo ser atendido.

E digo mais: dias atrás, todos foram convidados, e muitos estavam lá no Hospital Parque Belém. Eu quero fazer um apelo público, Ver. João Dib, para o meu amigo, Secretário Marcelo Bosio: por favor, retorne o pronto-atendimento do Parque Belém. Faz bem para o Parque Belém, faz bem para o Belém Velho, faz bem para a Zona Sul, e faz muito melhor, um grande bem para a Saúde de Porto Alegre.

Continuo nessa trajetória, percorrendo a cidade de Porto Alegre, pelas ruas que eu passei! Por aquelas ruas que eu efetivamente passei. E sinto saudades do Mário

Quintana, não o encontro na Praça da Alfândega. Sinto saudades do Erico Veríssimo, evidentemente, como sinto saudades de muitos personagens que já nos deixaram. Mas eu tenho a convicção de que a nova geração que chega, a nova garotada que chega também vem com muitos sonhos de poder viver uma Porto Alegre cada vez melhor. Por isso que eu levanto problemas, que eu aponto soluções, por isso que eu faço oposição – porém, com responsabilidade, Ver. João Dib. Eu amo Porto Alegre! Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Boa-tarde a todos os Vereadores e Vereadoras; Presidente, Ver. Haroldo de Souza; público que nos assiste nas galerias e na TV Câmara; senhoras e senhores; eu venho a esta tribuna hoje, nesta Casa, no período de Lideranças, pelo meu Partido, o PDT, integrado pelos Vereadores Mauro Zacher, João Bosco, Thiago Duarte e este Vereador.

Eu quero falar um pouco, Ver. João Dib, Líder do nosso Governo, a respeito da qualificação da área central de Porto Alegre. Esse tema foi abordado hoje, na Palavra do Leitor, no Jornal do Comércio, e um dos leitores elogiava a reforma na Praça da Alfândega, onde é realizada a Feira do Livro. Eu queria dizer que existe uma grande expectativa da população com relação àquilo que já aconteceu e àquilo que vai acontecer na área central. Eu diria que um primeiro passo muito relevante que se construiu por iniciativa do nosso Governo foi a retirada dos camelôs das ruas. Mas nós não paramos por aí, Ver. Dr. Goulart. Nós observamos a qualificação da Praça XV com a ampliação do Chalé, hoje a Praça XV está reurbanizada; a Praça da Revolução Farroupilha; o próprio Mercado Público, com os novos deques e as reformas que foram proporcionadas para melhorar a qualidade do serviço para o cidadão que procura o Mercado Público, não só por questões de adquirir ou para o consumo, também para uma atração turística.

Nós percebemos, durante todo aquele período em que se construíram as condições urbanísticas para aprovação do Projeto Cais do Porto e tudo que representa para Porto Alegre revitalizar essa área central da Cidade, que vai da ponta do Gasômetro até à Estação Rodoviária, que isso transformará Porto Alegre – nós teremos um cartão postal!

Isso significa o reencontro das águas com a Cidade em uma área muito nobre, em que as pessoas terão acesso. Temos ali um patrimônio cultural edificado que traz as lembranças da estruturação da sociedade porto-alegrense. Então, são muitas e inúmeras ações do Programa Monumenta, investimentos que foram ocorrendo na Igreja das Dores, nos museus, nos casarões, toda aquela recuperação de fachadas de imóveis. Muitos investimentos ocorreram e agora alguns novos projetos estão surgindo e devem surgir para qualificar, ainda mais, a área central.

Eu queria aqui abordar dois desses projetos. O primeiro deles é o Bonde Histórico, o Caminho dos Bondes, que deve seguir do estacionamento da garagem dos bondes, atrás do Chalé da Praça XV, até o Gasômetro, com uma extensão de três quilômetros e meio. O Caminho dos Bondes deve ter em torno de oito ou nove estações e deve servir para a questão turística e para locomoção das pessoas na área central.

E outro equipamento que eu acho importante nós também trazeremos aqui ao conhecimento de quem está assistindo à TV Câmara e aos nossos nobres Pares, que é um terminal turístico hidroviário. Hoje, temos ali aquele projeto de revitalização inicial, que vai, ao seu final, da ponta do Gasômetro até o BarraShopping; agora o projeto foi contratado pelo escritório do Sr. Jaime Lerner, vai ali da ponta da escultura das cuias até o Gasômetro – ali vamos ter também a instalação de um terminal turístico hidroviário. Então, às vezes, as pessoas dizem: “Eu quero fazer um passeio no Cisne Branco”. E entram errado ali na ponta do Cais do Porto, têm que caminhar. Então, é muito importante que possamos ter um terminal turístico hidroviário e também potencializar todo esse nosso manancial, as ilhas, e, com o Programa Socioambiental, com a recuperação da balneabilidade das águas do Guaíba, fazer esse grande reencontro.

Então, eu queria fazer essas considerações, neste período de Comunicação de Líder, e dizer que realmente a área central vive uma grande oxigenação, está sendo reescrita, com vários investimentos, várias propostas e várias políticas públicas de priorização de revitalização. Então, eu quero estender os meus cumprimentos ao nosso Partido, ao Prefeito Fortunati, pelas iniciativas e pelas medidas adotadas para a qualificação da área central de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. GOULART: Meu querido Presidente, Ver. Haroldo de Souza; meus queridos colegas Vereadores, colegas Vereadoras, na época em que eu era de Partido de oposição, eu fiscalizava a Saúde de maneira contumaz; agora, que sou Vereador da base do Governo, continuo cuidando da Saúde de forma contumaz, para não se perceber qualquer tipo de deslize ideológico desta cabeça.

Chama-me a Dra. Maria, coordenadora de uma clínica de fisioterapia situada na Rua Lobo da Costa; ela precisava de uma visita, para que eu fosse dar uma olhada numa questão que era sua grande preocupação. Ela me convidou para chegar lá na clínica às 11h. Eu cheguei lá às 8h. Cheguei às 8h e fiquei sentado na sala de espera; aliás, demorou um tempo para eu me sentar, porque o local estava cheio de pessoas, lotado de pessoas. E eu, escutando o carinho da médica fulana de tal, o carinho da fisioterapeuta fulana de tal, o carinho do fisioterapeuta fulano de tal, do massagista fulano de tal. As pessoas falavam entre si, e eu ouvia, segurando um jornal, como se fora um usuário da clínica. As pessoas todas maravilhadas com a maneira como eram tratadas, e vinham, volta e meia, lá de dentro, alguns funcionários trazendo, de braços dados, uma pessoa até a porta. Conduziam-na até o carro, até a cadeira de rodas, e eu fiquei encantado com o atendimento. Deu-me a impressão de acolhimento e resolutividade, coisas que faltam na Saúde do Brasil. São coisas que estão faltando na Saúde do Brasil! O Brasil até tem aparelhos maravilhosos; aliás, tem mais mamógrafos – exames para fazer a procura do câncer de mama – do que nos Estados Unidos; tem mais, tem muito, mas precisa de mais acolhimento. Foi quando surgiu a Dra. Maria – vi no seu crachá o nome – e me apresentei: “Sou o Dr. Goulart”. Ela respondeu: “Ah, Vereador, que bom que o senhor veio aqui! Já lhe digo, alto, na frente de todo mundo: o Governo Municipal, através da Secretaria, nos cortou 400 metas das 1.100 metas de atendimento”. Com essa qualidade que eu descrevi, estavam acontecendo há 36 anos, ou seja, não havia 1.100 há 36 anos, mas veio crescendo e se acumulando até aí.

Vocês precisam saber o que é a paciência de um trabalhador de fisioterapia, de fisioterapia – não é, Ver. Professor Garcia, que esteve muito perto dos traumatismos? Meu querido, modelar colega e ex-Prefeito Dib, que deve ter feito fisioterapia em alguma fase da sua

vida, o carinho que se tem que ter junto com a técnica é inusitado! O que acontece com essas 400 metas retiradas de uma clínica secular? Ela é simples, ela não é com aparelhos moderníssimos, ela não é com quadros belíssimos e tapetes muito fofos; não, ela é uma clínica popular, mas as pessoas dali não querem se tratar em outra clínica, querem ficar ali, elas diziam isso. Diziam isso, porque sabem dos resultados e sentem o carinho.

Então, eu vou uma Moção, algum tipo de instrumento, sobre o qual o Luiz Afonso vai me orientar, que Haroldo de Souza vai me orientar, e eu vou pedir o apoio dos senhores, porque instituições de saúde no Brasil não podem ser fechadas! Elas têm que ser abertas, elas têm que ser aumentadas! Elas não podem fechar, ainda mais a Fisioterapia da querida, dedicada e simples mulher Dra. Maria, na Lobo da Costa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Ver. Haroldo, colegas Vereadores e Vereadoras, já levantei aqui, já mandei recados para a Prefeitura, já fiz pedidos e não tive resposta. Eu sei que o Governo do Estado cedeu um terreno na beira do Guaíba, na Av. Guaíba, nº 4.471 ou nº 4.477 – eu tenho dúvida sobre esse número. Infelizmente, na nossa Cidade, às vezes as ruas não têm placas, os números são uma loucura. Tentem achar uma casa na Costa Gama à noite para ver a tragédia que é a numeração, completamente difícil. A Av. Guaíba, ela termina, depois começa de novo e tem uma numeração maluca, e é dessa Avenida que eu falo. Estou falando de um equipamento que nós temos depois da Sava e do Sindifisco, e um o sujeito conseguiu uma licença do Estado, não sei bem como – eu li o processo. Já solicitei, Vereador, uma reunião com a Secretária Stela Farias. Eu quero saber desse processo! No Município, tem coisas cabulosas, porque eu pergunto o seguinte: o sujeito pede para fazer uma escola de vela, e o que é que eu encontro lá? Um botequim, uma bailanta, bebedeira, zoeira, estacionamento pago, invasão do lago Guaíba, aterro, árvores detonadas.

Ver. João Dib, ninguém me responde. Eu exijo respostas, porque as pessoas que se reuniram comigo estão sendo ameaçadas! E não é a primeira vez que esse cidadão, seja

lá quem for, ameaça pessoas. Diz que tem relações, fala que o Judiciário é com ele, upa-lá-lá! O Judiciário gaúcho, que eu saiba, não tem capitulado, Ver. Toni Proença, e eu acho que não será para ele que capitulará. Esta Cidade tem leis, ou não tem leis? Nós trabalhamos para uma Cidade legal, não queremos injustiça com ninguém, e não é uma simples queixa de um morador.

Eu quero lembrar aqui que nós conseguimos derrubar o Timbuka, que era outra porcaria, uma indecência da cidade de Porto Alegre. Foi uma coisa, virou outra! A Justiça obrigou a Prefeitura a derrubá-lo, demorou sete meses para derrubar, mas derrubou. As pessoas precisam e devem circular, tem que ter acesso ao Guaíba, não detonando árvores, não aterrando rio sem licença, não jogando os dejetos no lago. DMAE, por favor, responda-me: tem licença de esgoto cloacal? SMIC, responda-me: tem alvará para boteco? Tem alvará para estacionamento? SMAM, responda-me: tem acústica para fazer bailanta? Tem licença para fazer *shows*? E tem habite-se da SMOV? E tem mais, já estou avisando: não faça ameaça às pessoas de lá, não mande recados para mim, porque eu vou mais longe. Há outras coisas mais graves lá que eu estou investigando, não direi aqui, porque eu não sou um irresponsável.

Certa vez, eu disse que, em um bar da Cidade Baixa, vendiam-se mais coisas que cerveja. Ele entrou na Justiça, tentou me arrancar R\$ 50 mil; perdeu! Estou avisando que eu não calunio, eu não levanto falsidades, eu não escolhambo com a vida dos outros. Agora, eu sou Vereador de uma Cidade legal, da minha Porto Alegre, da nossa Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza.): O Ver. Professor Garcia está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. João Antonio Dib.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, esse tema que o Ver. Adeli Sell abordou, eu já tenho acompanhado há três anos; depois, eu poderia lhe passar as informações.

Eu venho falar um pouco desses dois mandatos de Governo, Governo Fogaça, eu assim o chamo. O Prefeito José Fogaça tem uma concepção de Governo. Alguns Vereadores participaram do Governo. O Ver. Dr. Goulart também fez parte do Governo. A Governança

Solidária Local é uma concepção e um modelo de gestão. Agora, estamos discutindo isso entre os Partidos – PTB, PMDB e PDT. Vou relatar um pouco algumas coisas interessantes.

Sabemos como se deu a questão do OP nas 17 regiões administrativas, isso faz 23 anos, e o Prefeito Fogaça continuou. Então, o OP é independente de Governo e de diferentes Partidos. A partir de 2005, se experimentou um processo novo de inovação política e administrativa, com a conformação de um novo modelo de gestão governamental e de uma nova rede de participação democrática, com base no conceito de Governança Solidária. O novo modelo de gestão está voltado para a realização de programas de governo finalísticos através de comitês transversais de gerenciamento. Já a nova rede de participação democrática dedica-se ao desenvolvimento de capital social nas comunidades locais.

A Governança Solidária Local e o novo modelo de gestão rompem com a organização setorial do governo e introduzem a transversalidade como metodologia sistêmica e faz uma abordagem dos problemas e suas soluções; aprofundam o processo de integração territorial dos órgãos e ações de governo e sua articulação com as comunidades locais; e promovem a transparência das ações de governo pela sistematização e monitoramento do planejamento estratégico por objetivos e metas através do Plano de Gestão.

A implantação do Projeto de Governança é muito simples – Agentes do Governo e da sociedade local cumprem o papel de animadores das redes de Governança Solidária em cada uma das regiões da Cidade. E não é por acaso que o Prefeito Fogaça conseguiu realizar quase 40 creches, todas elas através do sistema de Governança Solidária Local, de interlocução com a sociedade, ouvindo as suas demandas. Mas por que Governança Solidária Local? Governança porque ela foi baseada na parceria entre o Governo e a sociedade, estimulando a participação social, o protagonismo e o empreendedorismo dos cidadãos e a corresponsabilidade na gestão de ações públicas. Por que Solidária? Porque é baseada na cooperação e na ajuda mútua entre as instituições governamentais e não governamentais e as pessoas que voluntariamente se dispõem a participar da iniciativa em prol do atingimento dos objetivos comuns de cada localidade. E Local, porque essas redes, conquanto intersetoriais e multidisciplinares, têm como base a territorialidade.

Eu quero dizer que esse conceito de Governança está na gênese do projeto Fogaça. E aqui não fala o Vice-Presidente do PMDB, mas o Ver. Garcia, que entende que a

Governança Solidária Local é, sim, do PMDB, é um projeto de construção necessária. E, agora, o Prefeito Fortunati tem que decidir. Os Partidos estão dialogando? Estão dialogando, sim. Mas eu volto a dizer: isso é uma concepção, está na gênese, está no DNA, Ver. Brasinha... Então, é por isso que o PMDB não pode, não deve abrir mão, e este Vereador vai fazer... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h19min.)